



Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal do Concelho de Figueira Castelo Rodrigo, realizada no dia dezanove de dezembro de dois mil e vinte e dois

-----Aos dezanove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois pelas quinze horas, no Auditório do Pavilhão dos Desportos, comigo, Lucília de Jesus Patrício Velho, Assistente Técnica da Câmara Municipal, compareceram os Senhores Deputados para a realização de uma sessão ordinária da assembleia municipal, convocada de acordo com os n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais.-----

-----A Senhora Sandra Monique Beato Pereira, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, cumprimentou todos os presentes.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início à sessão ordinária da assembleia municipal de Figueira de Castelo Rodrigo, começando por fazer a chamada para saber se todos os Senhores Deputados estavam presentes e, que a Senhora Mónica Isabel da Costa Marques, Primeira Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, iria auxiliar.-----

-----Assim, a Senhora Primeira Secretária da Mesa da Assembleia Municipal efetuou a chamada, tendo-se verificado a ausência do Senhor Deputado Carlos Manuel Gonçalves Almeida.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal comunicou, que o Senhor Deputado Carlos Manuel Gonçalves Almeida, havia justificado a sua falta por motivos de saúde.-----

-----Mais comunicou a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, a falta do Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Alfeu Miguel Ferreira Nascimento, o qual não podia estar presente por assistência a familiar que se encontrava doente, mas que desejava umas boas festas para todos.-----

-----De seguida procedeu-se à abertura dos trabalhos desta sessão ordinária da assembleia municipal de Figueira de Castelo Rodrigo, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

Ordem de Trabalhos -----

1. Período de Intervenção Aberto ao Público-----

2. Período de Antes da Ordem do Dia-----

3. Período da Ordem do Dia:-----

-----**3.1.** Apreciação do Pedido de Suspensão de Mandato do Senhor Deputado Municipal José Maria Quadrado Tondela.-----

-----**3.2.** Correspondência recebida e outras informações.-----

-----**3.3.** Apreciação da Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e situação financeira do Município, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.-----

-----**3.4.** Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 161/2022 - PCM/MANDATO 2021-2025, Extinção da Associação de Municípios do Vale do Côa.-----

-----**3.5.** Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 167/2022 - PCM/MANDATO 2021-2025, Contrato de delegação de competências do Município de Figueira de Castelo Rodrigo no Agrupamento de Escolas de Figueira de Castelo Rodrigo.-----

-----**3.6.** Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 170/2022 - PCM/MANDATO 2021-2025, Plano Municipal para a Igualdade e não Discriminação.-----

-----**3.7.** Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 171/2022 - PCM/MANDATO 2021-2025, Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI).-----

-----**3.8.** Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 172/2022 - PCM/MANDATO 2021-2025, Lançamento de Derrama.-----

-----**3.9.** Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 173/2022 - PCM/MANDATO 2021-2025, Participação do Município no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS).-----

-----**3.10.** Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 178/2022 - PCM/MANDATO 2021-2025, Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP).-----

-----**3.11.** Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 179/2022 - PCM/MANDATO 2021-2025, Contratação de empréstimo de médio e longo prazo para financiamento de Aquisição de Viatura de Resíduos Sólidos Urbanos.-----

-----**3.12.** Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 182/2022 - PCM/MANDATO 2021-2025, Adesão ao Regime de Tarifa Social previsto no Decreto-lei n.º 147/2017, de 5 de dezembro (Regime da Tarifa Social relativa à Prestação dos Serviços de Águas).-----

-----**3.13.** Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 175/2022 - PCM/MANDATO 2021-2025, Mapa de Pessoal para 2023.-----

-----**3.14.** Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 176/2022 - PCM/MANDATO 2021-2025, Instrumentos Previsionais para 2023 - Grandes Opções do Plano e Proposta de Orçamento.-----

-----**3.15. Propostas para conhecimento da Assembleia Municipal**-----

-----**Proposta n.º 149/2022 - PCM/MANDATO 2021-2025,** Atribuição de apoio financeiro à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários Figueirenses – Aprovação da minuta do contrato-programa.-----

-----**Proposta n.º 153/2022 - PCM/MANDATO 2021-2025,** Adenda - Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular no 1.º CEB e Atividades de Animação e Apoio À Família na Educação Pré-Escolar e no 1.º CEB – Ano Letivo 2022/2023 – Acordo de Colaboração.-----

-----**Proposta n.º 154/2022 - PCM/MANDATO 2021-2025,** Proposta de normas de funcionamento da Equipa para a igualdade na Vida Local.-----

-----**Proposta n.º 177/2022 - PCM/MANDATO 2021-2025,** Resolução do Contrato de Subconcessão do Uso Privativo dos Imóveis e Terreno Envolvente da Estação Ferroviária de Barca de Alva.-----

-----**1. Período de Intervenção Aberto ao Público:**-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal referiu haver algum público presente, apesar de ter manifestado a vontade de que gostaria que houvesse mais, tendo perguntado se alguém pretendia inscrever-se para intervir naquela assembleia, o que não sucedeu, passando-se assim, ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.-----

-----**2. Período de Antes da Ordem do Dia**-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal tendo-lhe sido dado a palavra, após este a ter solicitado.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal Carlos Manuel Martins Condesso iniciou, cumprimentando a Presidente da Mesa da Assembleia, a Primeira Secretária e o Segundo Secretário, e as Senhoras e os Senhores Deputados, dizendo-lhes que tinha pedido a palavra, porque gostaria de saber se a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, permitiria que fosse possível à Assembleia Municipal associar-se ao pesar pelo falecimento do pai da Senhora Vereadora da Câmara Municipal, Lúgia Paula Varela Teixeira Lopes, e se tal lhe fosse autorizado iria ler o Voto de Pesar, o qual seria também de todos os membros da Assembleia Municipal.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia tomou a palavra para dizer que permitia a leitura do Voto de Pesar.-----

-----Assim sendo, o Senhor Presidente da Câmara Municipal passou a ler o Voto de Pesar que tinha sido aprovado por unanimidade na câmara municipal, tendo pedido naturalmente à Senhora Presidente da Mesa da Assembleia que depois da sua leitura, propusesse um minuto de silêncio em sua memória.-----

-----**VOTO DE PESAR**-----

-----Manuel Joaquim de Carvalho Teixeira, nasceu a vinte quatro de junho de mil novecentos e trinta e oito, e faleceu no dia três de dezembro de dois mil e vinte e dois, em Braga, aos oitenta e quatro anos de idade.-----

-----Pai da Exma. Sra. Vereadora da Câmara Municipal, Lúgia Paula Varela Teixeira Lopes.-----

-----Ao longo de sua vida, Manuel Teixeira foi um exemplo de coragem e determinação. Quem com ele teve oportunidade de privar e de trabalhar destaca a sua vertente social e humanitária, que merece o profundo respeito e a admiração de todos.-----

-----Manuel Teixeira é, assim, reconhecido como um homem de causas, um homem de bem e um amigo do seu amigo.-----

-----Na política, foi por várias vezes também candidato aos órgãos autárquicos pela CDU no nosso concelho.-----

-----Como atleta de futebol, defendeu e honrou as cores do Ginásio Clube Figueirense, e o seu amor pelo Futebol Clube do Porto era bem patente, visto que também era sócio da Casa do Futebol Clube do Porto de Figueira de Castelo Rodrigo.-----

-----Manuel Teixeira foi simultaneamente um viajante do mundo e um homem de grande cultura internacionalista, autor de alguns documentos, poemas e de um livro publicado sob o título de

"Memórias do Meu Destino", uma autobiografia que vai descrevendo ao longo de sessenta e quatro anos, a passagem pelos três continentes e cinco países onde viveu e também trabalhou.-----

-----Neste caso o executivo municipal, reunido no dia sete de dezembro de dois mil e vinte e dois, propôs um Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel Teixeira e apresenta as mais sentidas condolências à sua família e a todos os que sentem profundamente a sua ausência.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal deixou ainda à consideração da Senhora Presidente da Mesa da Assembleia juntar-se, pois estava-se a falar de votos de pesar; também o executivo municipal tinha aprovado por unanimidade, o endereçamento à família e amigos as sentidas condolências pelo falecimento da jovem de vinte e três anos, Ana Cristina Pereira Santos, fruto de um trágico acidente de viação com a viatura de recolha do lixo do Município, embora o funcionário que ia conduzir a viatura e os outros dois colegas que o acompanhavam não tivessem tido culpa nenhuma do sucedido, e isso ficou provado no local, uma vez que, a jovem já estaria em despiste quando embateu no camião, mas a câmara municipal tinha-se feito representar pela Senhora Vereadora, porque obviamente foi um momento muito trágico para a família o desaparecimento daquela jovem, mas também para os três funcionários da autarquia que tinham estado envolvidos em toda aquela situação, os quais teriam ficado muito perturbados psicologicamente, e que ainda andariam a receber tratamento psicológico, bem como teria sido cumprido um minuto de silêncio.-----

-----Assim deixou à consideração da Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, que esta se pudesse também associar àquele voto de pesar, e que se assim fosse seu entendimento também se cumpriria ali um minuto de silêncio.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia tomou a palavra para dizer que a Assembleia se iria associar àquele voto de pesar, e que se tinha permitido sem ter falado com as Senhoras e os Senhores Deputados, no funeral do Senhor Manuel Teixeira ter apresentado as mais sentidas condolências em nome da Assembleia Municipal, mediante a entrega de uma coroa de flores.-----

-----De seguida a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia propôs um minuto de silêncio pelo falecimento do Senhor Manuel Teixeira.-----

-----Após ter sido cumprido um minuto de silêncio, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal retomou o período de antes da ordem do dia, em que questionou os Senhores Deputados se pretendiam inscrever-se para intervir naquele ponto antes da ordem do dia, sendo que, pela ordem de inscrição deu a palavra à Senhora Deputada Mónica Isabel da Costa Marques para que fizesse a sua intervenção.-----

-----A Senhora Deputada Mónica Isabel da Costa Marques fez a sua intervenção, a qual se passa na íntegra neste documento por ter sido entregue à mesa:-----

-----" Começo por cumprimentar todos os presentes, e que estava ali para fazer um pequeno resumo daquilo que foi um ano de mandato do executivo municipal, pois em apenas um ano muito se fez e que portanto não podia deixar de fazer uma abordagem relativamente a isso.-----

-----Balança Anual-Executivo Municipal-----

-----Passou pouco mais de um ano desde a vitória do atual executivo municipal. Uma vitória que perdura na sua ação, em tudo o que já fizeram em prol do concelho e para recuperar o tempo perdido,

fazendo-nos acreditar que ainda há homens e mulheres de boa vontade. Como já cheira a Natal, dou os parabéns ao executivo por mais uma edição da 'Figueira Terra Natal', que tanto agrada às nossas crianças e graúdos. A primeira edição foi já uma boa prenda de natal, que chegou logo depois da tomada de posse dos órgãos autárquicos, e devolveu a auto-estima coletiva aos figueirenses, além de dinamizar a economia local. Tudo porque o executivo acredita que o Natal não é apenas uma data a comemorar, é magia, luz e sorrisos. Mas claro, ao longo deste ano, houve medidas prioritárias. Foi importante pagar o que se devia aos agricultores, comerciantes e empresários locais, assim como foi crucial tirar do arquivo morto a inauguração do Centro Interpretativo da Batalha de Castelo Rodrigo, as eternas obras nas Piscinas Municipais, já para não falar das estradas por alcatroar, cujo desfecho incompreensivelmente adiado, só se explica por graves erros de gestão do executivo anterior. O desgoverno anterior refletiu-se também no funcionamento da Fundação D. Ana Paula, presidida pelo Presidente da Câmara. Os graves problemas da Fundação só com a determinação e a seriedade do atual Presidente conseguirão ser resolvidos.-----

-----A saúde foi também uma área prioritária e podemos afirmar que foi cumprida a promessa de melhorar os cuidados de saúde aos cidadãos do concelho. A aprovação do protocolo com a Fundação Álvaro de Carvalho possibilitou a realização de cirurgias gratuitas às cataratas aos residentes no concelho e o Seguro de Saúde Municipal, que agora funciona e bem em articulação com o Centro de Saúde, foi melhorado, com a otimização de processos e recursos. Na área da saúde foi também muito importante a medida dar saúde a Figueira de Castelo Rodrigo, com consultas gratuitas a quase duzentos cidadãos do concelho.-----

-----Uma outra promessa eleitoral - o regadio - não ficou na gaveta, e estão a ser tomadas medidas para a sua implementação.-----

-----Com um orçamento rigoroso e realista, esta super equipa que aqui está, não falhou nenhuma área de atuação, pois:-----

----- - Apostaram numa fiscalidade amiga dos cidadãos e empresas.-----

----- - Aprovaram apoios financeiros a Associações, IPSS'S e coletividades do concelho, onde destaco o Contrato-Programa assinado com a Associação dos Bombeiros Voluntários Figueirenses. Houve também apoios às festas das aldeias e nem os finalistas foram esquecidos.-----

----- - Concluíram sem sobressaltos e com bom entendimento o processo de transferência de competências para as Juntas de Freguesia.-----

----- - Souberam cuidar e embelezar a terra. Os espaços públicos estão mais cuidados e limpos. Recuperou-se património deteriorado e ao abandono. Temos como exemplos as obras de reabilitação do restaurante do Parque de Lazer de Castelo Rodrigo, o arranjo da fonte junto ao Mercado Municipal e dos painéis de azulejos junto ao Posto de Turismo, a limpeza do Cristo Rei da Marofa, a reabilitação dos passeios em Castelo Rodrigo e a instalação de novos painéis informativos nas entradas e saídas da Aldeia Histórica. Os Largos Mateus de Castro e Serpa Pinto têm uma nova iluminação com lâmpadas de baixo consumo. Nota-se a preocupação com a manutenção e eficiência energética dos equipamentos públicos.-----

----- - Foram incansáveis na promoção do território, nomeadamente da Aldeia Histórica de Castelo Rodrigo, que é considerada pela Organização Mundial de Turismo uma das melhores aldeias turísticas do mundo. O seu Palácio abraçou o povo, por altura das comemorações do Feriado Municipal, numa das recriações históricas mais bem conseguidas a que já assisti, com o envolvimento de toda a população, porque a história e o património histórico pertencem a todos. Foram dados passos importantes para que se concretize a reabertura do troço ferroviário entre o Pocinho e Barca d'Alva. Promoveram o turismo cinegético e a rota turística da Estrada Nacional 221, que atravessa o concelho.-----

----- - Voltaram as melhores festas e os melhores eventos. A natureza em festa com a Rainha da Amendoeira em Flor, as 'Festas da Vila', com o colorido 'Dia dos Idades' que levou Figueira de Castelo Rodrigo ao rubro, a Semana do Livro e das Artes, para dar vida à Casa da Cultura, o 'Dia Mundial da Criança', a celebração do 'Dia dos Avós' e do 'Dia Mundial da Terceira Idade', os concertos de música clássica nas igrejas, combinando a cultura com o património edificado, a ópera no Mosteiro de Santa Maria de Aguiar e até tivemos jazz no Centro Interpretativo da Batalha de Castelo Rodrigo.-----

----- - Não se esqueceram dos Idosos, com o início das atividades da Academia Figueira Sénior, porque se pretende uma sociedade mais ativa e inclusiva.-----

----- - Pensaram nas crianças e jovens, com a inauguração da Sala Sensorial no Agrupamento de Escolas.-----

----- - Souberam receber bem os professores e os alunos no início de mais um ano letivo.-----

-----No meio de tanta atividade, posso ter-me esquecido de muitas outras coisas boas que foram feitas, mas convido desde já os Deputados aqui presentes, incluindo os da oposição, a avivarem-me a memória.-----

-----O que é certo é que temos um concelho com energia, vivo, a ganhar dinamismo e a atrair gente, num movimento contra as desigualdades territoriais e de travão ao despovoamento.-----

-----Este é um novo tempo para Figueira de Castelo Rodrigo, com um presente muito melhor e um futuro muito mais promissor. Como ouço muitas vezes o Carlos Condesso dizer - Estamos proibidos de baixar os braços e de abdicar dos nossos sonhos."-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção da Senhora Deputada Mónica Marques e de seguida, e, igualmente, pela ordem de inscrição deu a palavra à Senhora Deputada Anabela Saraiva Pinto Coelho que fez a sua intervenção, a qual se passa na íntegra neste documento por ter sido entregue à mesa:-----

-----"Exma. Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal-----

-----e demais elementos da Mesa-----

-----Exmo. Senhor Presidente da Câmara-----

-----e demais membros da Vereação-----

-----Exmas. Senhoras e Senhores Deputados-----

-----Caros Figueirenses-----

-----Abordo nesta sessão um tema que, como compreenderão, me diz muito. A saúde no nosso concelho. É um assunto sério, que deve ser tido em conta por todas as entidades que têm responsabilidades sobre esta matéria.-----

-----O artigo 64.º da Constituição da República Portuguesa, relativo à saúde, consagra, na sua versão atual, a proteção da saúde como um dever, mas, sobretudo, como um direito de todos, realizado através de um serviço nacional de saúde universal, geral e, tendo em conta as condições económicas e sociais dos cidadãos, tendencialmente gratuito. No entanto, para além destas três características largamente abordadas na literatura sobre o tema, a Constituição estabelece ainda que a gestão do SNS é descentralizada e participada, uma característica raramente referida e quase nunca objeto de análise.-----

-----O Serviço Nacional de Saúde é uma estrutura através do qual o Estado Português assegura o direito à saúde a todos os cidadãos de Portugal. A sua criação remonta ao ano de 1979, após se terem reunido as condições políticas e sociais provenientes da reestruturação política portuguesa da década de 1970.-----

-----O objetivo primário do SNS é a persecução, por parte do Estado, da responsabilidade que lhe cabe na proteção da saúde individual e coletiva e para tal está munido de cuidados integrados de saúde, nomeadamente a promoção e vigilância da saúde, a prevenção da doença, o diagnóstico e tratamento dos doentes e a reabilitação médica e social, bem como do acompanhamento de pacientes nos cuidados paliativos.-----

-----De acordo com a Organização Mundial de Saúde, o SNS é o décimo segundo mais eficiente sistema de saúde do mundo.-----

-----E com isto não quero dizer que está tudo bem no SNS. Mas acreditem que há muito e bom trabalho dos seus profissionais de saúde. Contudo, fruto da nossa interioridade, da falta de investimento e de pessoal qualificado, nem tudo vai bem neste serviço.-----

-----E é neste contexto que surge o Seguro de Saúde Municipal. Confesso que, quando foi criado fui cética. Antevi mesmo a redução de serviços essenciais para a prestação de cuidados básicos de saúde no nosso território. Ocorreram situações muito constrangedoras. Utentes que eram vistos no Cartão de Saúde e depois eram reencaminhados para o Centro de Saúde porque, afinal, pelo Seguro não podiam avançar. E se não avançasse no Centro de Saúde, 'aqui del rei' que os serviços não prestam.-----

-----Felizmente. Reforço... Felizmente temos hoje um Seguro de Saúde Municipal para toda a população, renovado, com mais serviços e em articulação com o Centro de Saúde de Figueira de Castelo Rodrigo, como teria sido desejável desde o início.-----

-----Senhor Presidente, Bem haja; pelo facto de a Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo ter renovado e reforçado os serviços do 'Seguro de Saúde Municipal – Cuidar de Todos'. Cuidar dos nossos será certamente o lema do Município, do Seguro Municipal e também do Centro de Saúde.-----

-----Estou certa de que terá conseguido um aumento do número de serviços prestados, gratuitamente, estando agora em estreita articulação com o Centro de Saúde local, otimizando processos e recursos a fim de não haver repetição de atos médicos e exames complementares de diagnóstico, reduzindo os impactos potencialmente nefastos na saúde dos pacientes de intervenções e terapêuticas desnecessárias e repetidas, sendo que, agora, pontualmente, os exames prescritos pelo

Centro de Saúde poderão também ser realizados pelo Cartão de Saúde Municipal, caso não haja resposta do Serviço Nacional de Saúde, agilizando assim procedimentos e ao mesmo tempo reduzindo tempos de espera.-----

-----Posto isto, e antes de terminar, pedir um presente de Natal ao Senhor Presidente da Câmara. Precisamos de mais dias como aquele que se proporcionou em dezanove de fevereiro passado, com a realização de quase duzentas consultas no nosso Centro de Saúde em muitas e diversificadas especialidades médicas. Bem sei que não foi fácil, mas também sei que foi muito útil.-----

-----Aproveito para agradecer ao nosso ilustre conterrâneo, Doutor Álvaro de Carvalho, por ter proporcionado a vinda dos mais de trinta especialistas ao nosso concelho que, além de prestarem um excelente serviço, vieram também conhecer os nossos territórios.-----

-----Para terminar, não posso nem devo esquecer as operações às cataratas. Quase uma centena de operações, proporcionadas pelo Município e pela Fundação Álvaro de Carvalho. Aqui está a prova provada que, com pouco, pode-se fazer muito. Com vontade e sem interesses eleitoralistas, o que mais importa é: cuidar dos nossos!-----

-----Porque, já em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, no seu artigo 25.º previa que:-----

----- «Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar, e à sua família, a saúde e o bem-estar principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários...» -----

-----Votos de um Santo e Feliz Natal para todos. Com saúde!-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção da Senhora Deputada Anabela Coelho e de seguida, e, igualmente, pela ordem de inscrição deu a palavra ao Senhor Deputado Luís Ricardo Beato Pereira que fez a sua intervenção, a qual se passa na íntegra neste documento por ter sido entregue à mesa:-----

-----"Senhor Presidente da Câmara Municipal-----

-----Senhores Vereadores da Câmara Municipal-----

-----Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal-----

-----Senhores Secretários da Mesa da Assembleia Municipal-----

-----Caros Membros da Assembleia Municipal-----

-----Figueirenses-----

-----Estimado Público Presente-----

-----Sendo esta a casa da democracia figueirense, antes de começar, não posso deixar de lamentar o facto de já nem saber quem são os restantes vereadores da câmara municipal, pois desde o início que cá estamos, tirando o Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Vice - Presidente e a Senhora Vereadora nunca vi mais nenhum Vereador, o que é extremamente lamentável, até porque aqui se debatem os temas mais transversais e de interesse para Figueira de Castelo Rodrigo, e o facto de haver um desinteresse repetido serve para tirar muitas ilações.-----

-----Também e exatamente igual o facto de muito raramente ou então nunca ter ouvido outra intervenção neste período de antes da ordem do dia sem ser a do partido da posição como se chama,

que é algo que tenho que lamentar, e que gostaria de ver, e é um desafio que faço para alterarem isso, porque é Figueira de Castelo Rodrigo que fica a perder.-----

-----Queria começar a minha intervenção, com o facto de muito recentemente nos ter sido dado a conhecer, os números dos Censos de 2021, divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, no qual este nosso Concelho surge novamente castigado, por uma crise que fez perder, numa década mais de 1/5 da sua população.-----

-----Numa década perdemos 1112 pessoas, uma sangria que o Concelho não pode manter para o futuro sob pena de agravar ainda mais os seus problemas estruturais, por não conseguirmos garantir uma escala suficiente para manter os serviços públicos abertos, e gente suficiente para criar riqueza e criar oportunidades para todos.-----

-----Arrisco-me mesmo a dizer que neste momento, o Concelho deve ter menos que 5.000 residentes, o que é um número assustador, até porque o Concelho já teve mais de 10.000 habitantes e está reduzido realmente a um número muito pequeno, não é culpa de quem cá está, porque os outros concelhos vizinhos sofrem do mesmo mal, mas é algo que temos com que nos preocupar.-----

-----O esforço é de todos, e eu peço para não virarem costas a esta realidade, porque por muito que não falemos dela, ela está aí e é muito difícil conseguirmos fugir ao que vemos, pois basta olhar pelas janelas e consegue-se ver realmente o impacto que tem este inverno demográfico.-----

-----Como se verifica, o futuro acaba por ser negro.-----

-----Mas negro também é o presente, depois de anos difíceis, conseguimos vencer a crise sanitária da doença da COVID-19 que assolou o mundo, e quando tudo parecia indiciar estarmos numa fase de bonança, somos novamente assolados por uma crise financeira, motivada por uma série de ordens de razão, de enormes proporções às quais ninguém consegue escapar.-----

-----Uma inflação galopante que teima em não nos deixar, 2023 será um ano desafiante no qual se exige medidas concretas que venham a estancar os efeitos quase inevitáveis de uma economia que irá esfriar e criar muitas dificuldades, especialmente para os mais desfavorecidos e com impacto sérios naqueles que decidem ficar neste Interior, que já por si pagam um alto preço por terem decidido ficar, pois por exemplo os salários médios nesta zona do Interior rondam 2/3 dos salários médios a nível nacional, significa que com o aumento dos custos de vida, haverá ainda menos folga para garantir que aqueles que fiquem por cá consigam sobreviver e honrar os seus compromissos dia a dia.-----

-----Por isso ao Município exigem-se políticas locais que incorporem estas realidades nas suas respostas, que era algo que não estava sequer pensado aquando da candidatura ou das candidaturas e dos programas eleitorais que foram apresentados a sufrágio.-----

-----Mas apesar de tal quadro, nem tudo é negro.-----

-----O Município de Figueira de Castelo Rodrigo fecha um ano em contraciclo.-----

-----Quando poderia estar o executivo municipal resguardado, no seu ano sabático, no qual pouco se exige que não seja entrar nos dossiers e começar paulatinamente a tratar do expediente... ocorreu o exato oposto.-----

-----Este executivo liderado por Carlos Condesso arregaçou as mangas, e utilizou o seu ano de graça para fazer o que nos últimos oito anos não foi feito.-----

-----Apostaram-se em áreas que estavam ao abandono, como por exemplo a do desporto, reabilitando equipamentos que estavam em péssimo estado, para não falar nas piscinas municipais que não estavam em estado nenhum, temos o caso do relvado do estádio municipal, que hoje está verde, não tem buracos e fazem inveja a muitos que vem cá jogar nos fins-de-semana em que aquele estádio se enche, temos outras realidades como é o caso do pavilhão municipal que também foi deixado ao abandono, pois chove quase tanto como na rua, e espero que estes próximos três anos sejam mais do que tempo para reabilitar também essas realidades.-----

-----É o resultado direto de um esforço que temos hoje em dia, levado a cabo pela Câmara Municipal, mas que já tem um reflexo na vida desportiva no nosso concelho.-----

-----Poderia continuar a elencar outras apostas, mas a realidade é que só quem é cego é que não vê, e como diria o Senhor Poiarez, no alto da sua sapiência, «A obra está aí, só não vê quem não quer».-----

-----Se bem que continuam para além das obras feitas, obviamente, continuam a aparecer nas gavetas do Município como já noutras vezes que eu intervi, que às vezes o Senhor Presidente abre as suas gavetas lá na sua secretária e continuam a aparecer papeis que fazem parar os corações...Depois teremos oportunidade de falar sobre este assunto, mas a última proposta à discussão, é exatamente uma dessas realidades, pois está uma declaração junto à última proposta que vem aqui a discussão pela Assembleia Municipal, na qual o próprio Presidente da Câmara de então, em 2017 assinou uma declaração de compromisso para ter acesso a fundos comunitários, comprometendo-se a fazer uma série determinada de ações mas até hoje nada foi feito, pois até hoje e entre 2017 a 2022 nada foi feito. O que é que aconteceu? Tivemos acesso aos fundos comunitários e agora vem-nos pedir os fundos comunitários de volta. Porquê? Porque nada foi feito e tem que ser o Presidente da Câmara Municipal de hoje, que não teve nada a ver com o assunto a ter que resolver esta realidade, com consequências para todos os figueirenses como vamos ver na última proposta, porque podia ser o que hoje vai ser discutido, podia ser paulatinamente e aos poucos aumentado o custo da água no concelho e dos outros serviços prestados, e agora vai ter que ser tudo de uma vez. Porquê? Porque nada foi feito. É uma tristeza. Eu não tenho outra palavra, mas é isto em tudo o que se vem constatando.-----

-----Portanto muito contribuiu para esta realidade o passado dos nossos eleitos atuais, todos eles rotinados, experientes e com mostras dadas nestas e noutras funções públicas, e isso permitiu com que eles nesse ano em que podiam estar descansados, assumissem as rédeas do que deveria ser feito e hoje temos um concelho verdadeiramente às direitas.-----

-----É evidente que muito mais se exige e muito mais haverá por fazer. Mas a realidade é a que vemos, Figueira de Castelo Rodrigo, apesar de tudo vive dias duros que atingem todos de forma individualizada, mas consegue resistir muito graças aos seus eleitos locais.-----

-----Bem hajam a vocês, por todos os dias darem a cara e por todos os dias estarem presentes.-----

-----Eu sei o difícil que tem sido porque tenho acompanhado de perto, tem dado muitas horas roubadas às vossas famílias e às vossas vidas e não devia ser assim, porque quem assume estas funções não devia castigar aqueles que não tem culpa, mas a verdade é que esse esforço vai ser recompensado e os figueirenses saberão recompensar-vos por esse esforço que está a ser feito.-----

-----Nesse sentido eu peço, que mantenham um equilíbrio difícil entre o tempo que prestam a Figueira de Castelo Rodrigo e às vossas vidas, e que nos próximos três anos consigam manter este rumo que tem sido trilhado.-----

-----Aproveito agora este momento para desejar paz, saúde e força para todos os que estão aqui e a todos os figueirenses, e também todos os que estão dispersos pelo concelho e por todos os cantos do mundo, de forma a que possamos estar aqui todos para o ano, satisfeitos com o que dêmos de volta, e eles satisfeitos por terem confiado em nós e em nós terem depositado a sua confiança.-----

-----Obrigado."-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção da Senhor Deputado Luís Pereira e de seguida, e, igualmente, pela ordem de inscrição deu a palavra ao Senhor Deputado Carlos Alexandre Canotilho Coelho, Presidente de Junta da União das Freguesias de Freixeda do Torrão, Quintã de Pero Martins e Penha de Águia que fez a sua intervenção, a qual se passa na íntegra neste documento por ter sido entregue à mesa:-----

-----"Exma. Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e demais elementos da Mesa-----

-----Exmo. Senhor Presidente da Câmara, e Senhora Vereadora-----

-----Exmas. Senhoras e Senhores Deputados-----

-----Caros Figueirenses-----

-----Bill Gates proferiu, em certa ocasião, uma simples, mas eloquente, afirmação:-----

-----«As grandes organizações requerem um altíssimo nível de compromisso de todas as pessoas empenhadas e envolvidas.»-----

-----Desde a Terra Natal, à inauguração do Centro Interpretativo, às Piscinas, aos Concertos, à Recriação Histórica...enfim, um sem número de coisas boas para Figueira, para o seu concelho e para a sua região. Para as pessoas que, estoicamente, resistem a viver neste Interior profundo de Portugal.-----

-----Com qualidade de vida, mas ainda, sem serviços básicos condignos...tais como as comunicações e outros serviços essenciais.-----

-----Mas, para tanta coisa acontecer, tem que haver uma máquina bem oleada.-----

-----Temos hoje, e percebo isso pelas interações constantes que mantenho com todos os serviços, uma celeridade na resposta aos nossos pedidos que, agradavelmente, tenho que registar.-----

-----Não seria nem justo nem correto se não tivesse uma palavra de reconhecimento para todos os funcionários do nosso Município, na pessoa do Senhor Vítor Correia, no armazém, no departamento financeiro, na pessoa do Doutor Carlos Branquinho e, no pessoal dos serviços técnicos, na pessoa do Engenheiro Pedro Almeida, a quem penhoradamente agradeço a simpatia, a cordialidade e a facilidade na resposta às minhas, sempre muitas, interpelações na tentativa de solucionar os problemas dos nossos cidadãos...-----

-----Sempre fui, e assim pretendo continuar...uma pessoa de soluções e não de problemas...problemas e chatices aparecem-nos todos os dias, tenhamos arte e engenho para as contornar, e com a vossa ajuda, acreditem fica mais fácil e menos dispendioso para as nossas Freguesias.-----

-----Bem haja. A todos os funcionários do Município.-----

-----Mas toda esta dinâmica e rápida resposta tem um rosto...-----

-----À Nádía Quadrado, ao Jorge Andrês Correia, à Carla e à Dona Judite...mas também ao sempre diligente chefe de gabinete, ao meu distinto amigo Manuel Ferreira, obrigado por tornarem as nossas tarefas mais fáceis e gratificantes...-----

-----Contudo...para se ir arrumando a casa, fazer obra e resolver problemas de heranças, só um executivo forte e bem preparado, com garra e determinação, preparado para fazer bem e praticar o bem. E, afirmo-o com convicção, temos de facto, um executivo forte, empenhado e disponível...a Senhora Vereadora sempre diligente, o Senhor Vice-Presidente sempre disponível...o Senhor Presidente sempre presente.-----

-----Sim...sempre presente, porque para termos sucesso é preciso estarmos nos locais, nas nossas terras, nos eventos...junto das pessoas.-----

-----Pessoas com metas e sabem bem exatamente para onde vão...-----

-----Estou convicto, desde a primeira hora que o Senhor Presidente sabe bem para onde vai. Para onde quer ir. Como trazer mais progresso à nossa terra.-----

-----A propósito deste tema, aproveito para lhe endereçar os parabéns pelo seu aniversário, no passado sábado, e permita-me endereçar-lhe uma citação que li, num dos presentes que recebi nesse mesmo dia, porque por sinal também faço anos nesse dia: «Para evitar esse futuro calamitoso para o seu concelho, resolveu arrasta-lo do séc. VIII para o séc. XXI. Com ajuda de um povo, congeminou um plano económico que denominou em tom grandioso: o caminho a seguir».-----

-----O Senhor Presidente deu-nos a sua palavra, será certamente este o caminho a seguir!-----

-----Palavra dada, palavra honrada. Infelizmente não tem sido assim com todos os políticos. Com muita pena minha!-----

-----Ainda hoje a capa da Revista Visão retrata isso bem, com uma afirmação do nosso Primeiro-Ministro: «Vão ser quatro anos. Habituem-se!».-----

-----A 'talho de foice', e ainda a propósito deste tema, apenas uma palavra de reconhecimento ao Presidente da Câmara de Figueira de Castelo Rodrigo pela sua entrega, abnegação e espírito solidário para com as dez Juntas de Freguesia do nosso concelho, a segunda do distrito da *Guarda* a formalizar esta delegação de competências, a primeira já tinha sido no mandato anterior, Gouveia, e depois de nós só ainda a *Guarda* acedeu a esta delegação de competências. Parabéns também por isso.-----

-----Permitam-me agora um desabafo em jeito de desafio...-----

-----Sendo eu Presidente de uma Freguesia do Interior profundo de Portugal colocam-se-me a mim e aos meus colegas, outras adversidades que não aos Presidentes de Junta dos meios urbanos, e meios urbanos do Litoral.-----

-----Já o disse nesta Assembleia, reafirmo-o agora, também para não cair no esquecimento.-----

-----Urge uma nova revolução. Urge o repovoamento do interior. Urge arregaçar as mangas e voltar a fazer do Interior de Portugal, um Interior próspero. E com futuro!-----

-----Urge repensar medidas concretas, e não avulsas, que devolvam ao Interior as gentes que o Litoral levou...-----

-----Costumo afirmar que é preciso insistir, persistir e nunca por nunca desistir. Acrescento agora mais um verbo, é preciso insistir, persistir, resistir e nunca por nunca desistir.-----

-----Cabe-nos a nós todos os autarcas eleitos...ser resilientes.-----

-----E, nunca por nunca, baixar os braços!-----

-----Bem sei que este, mais este esforço não pode ser feito pelos Municípios, e, muito menos, pelas Juntas de Freguesia.-----

-----Precisamos que o Governo da Nação modernize as nossas Freguesias.-----

-----Precisamos que o Governo da Nação olhe para o Interior e tome medidas concretas no apoio ao combate aos incêndios rurais, com políticas concretas de Proteção Civil e não de Proteção de pessoas e bens em situações de catástrofe. Sim, é preciso termos os caminhos compostos e acessíveis para os Bombeiros ocorrerem a um incêndio quer seja na Serra da Marofa ou na Serra da Estrela. Ou nas arribas do rio Côa ou nas do Rio Douro.-----

-----A Freguesia, que com muita honra e compromisso represento, tem quase 60 km² de extensão. Já não chegamos aos 500 eleitores...mas tem uma vertente da cordilheira da Serra da Marofa toda e mais de 10 km's de arribas, agrestes e rupestres, do rio Côa. Bem pode vir dinheiro só para os caminhos!-----

-----Mas estão todos mais ou menos todos compostos, com estas intempéries todas, mas acessíveis a todas as entidades!-----

-----Precisamos que o Governo da Nação exija aos operadores de telecomunicações que assegurem junto das populações os serviços mínimos de cobertura da rede de internet e até de telemóvel...Não, não queremos o 5G, nós, para já, contentamo-nos com uma internet com velocidade em casa, ou uma simples cobertura de rede normal para o telemóvel...na Quintã de Pero Martins, em Penha de Águia ou até já na Freixeda do Torrão.-----

-----Sim, nós pagamos mais por muito menos que as gentes do Litoral e quando perdemos as estribeiras numa reclamação, sempre por telefone, do outro lado da linha ainda tem a lata de nos dizer:-----

-----«Compreendemos a sua situação, mas se não conseguimos resolver a sua situação a única solução é cancelar o contrato».-----

-----Não, não é a solução, não pode ser a solução...e cabe-nos a nós continuar a gritar bem alto para reverter esta situação. Temos de 'alto e bom som' *lembrar* os Senhores Governantes, temos de começar a olhar para a Coesão Territorial todos os dias e não só quando há eleições.-----

-----Senhor Presidente...contamos com a sua arte, o seu engenho e a sua inquietude para que este assunto deixe a agenda política e passe a ser a prática política...-----

-----Uma última palavra também para os Presidentes de Junta meus colegas, que diariamente labutam para mais e melhores condições para as suas Freguesias. Sei que todos juntos seremos mais fortes e conseguimos levar mais longe o nome de Figueira de Castelo Rodrigo e trazer mais para as nossas Freguesias.-----

-----Termino com mais uma citação, que muito aprecio e registo quando ainda consigo ler alguma coisa no pouco tempo disponível que ainda vou tendo...mas que aprecio particularmente, sendo esta de Barack Obama:-----

-----«A mudança não acontecerá se nós esperarmos por outra pessoa ou se esperarmos por outro algum momento. Nós somos as pessoas pelas quais esperávamos. Nós somos a mudança que buscamos».-----

-----Lá pela Freixeda do Torrão costumamos dizer que somos uma Freguesia que vive, revive e faz viver! --

-----Um Santo e Feliz Natal para todos."-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Deputado Carlos Coelho e, de imediato dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo-lhe sido dada a palavra.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal iniciou a sua intervenção, dizendo que não podia deixar de usar a palavra depois de ter ouvido aquelas intervenções proferidas pelos Senhores Deputados da bancada do Partido Social Democrata, em que o tinham referenciado a ele enquanto Presidente da Câmara mas também a todo o executivo.-----

-----Antes de prosseguir com a sua intervenção, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que apesar da Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal já ter falado sobre o assunto, o Senhor Vice-Presidente não iria poder estar presente naquela sessão porque se encontraria a acompanhar um familiar direto, o seu pai, que estaria com um problema de saúde, mas quis que ali se deixasse uma mensagem de votos de um bom Natal para todos e de um feliz ano de 2023. Esperava que voltasse rápido, pois seria sinal que o seu pai também teria as melhoras.-----

-----De seguida agradeceu as intervenções de todos os Senhores Deputados naquele período de antes da ordem do dia, onde destacou a intervenção da Senhora Deputada Mónica Marques, a qual tinha proferido umas palavras e feito o resumo de um ano de balanço de mandato autárquico, onde teria mencionado várias iniciativas, bem como e, de forma exaustiva aquilo que tinha sido o trabalho daquele executivo. Perante aquela intervenção, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, salientou que aquele trabalho não seria de um homem só, mas de um executivo unido que quererá o melhor para Figueira de Castelo Rodrigo, e que teria trabalhado incessantemente e todos os dias para o bem comum, assim como com afinco, determinação e sempre com foco naquilo que seria o desenvolvimento do concelho, e com aquilo que seria o bem-estar das pessoas. Por outro lado, teria ouvido dizer por parte do Senhor Deputado Luís Pereira, que o primeiro ano de mandato serviria apenas para conhecer os dossiers, o que corresponderia à verdade, normalmente seria assim que acontecia quando havia uma mudança nos executivos municipais, mas que naquele caso com a experiência acumulada e com o acompanhamento dos dossiers ao longo dos últimos anos, tivesse permitido que se avançasse ao mesmo tempo que se iria tomando conta daquilo que se foi herdando. Reforçou mais uma vez a ideia de que o trabalho que tinha sido realizado ao longo daquele ano, teria sido fruto do esforço de um executivo, de um Gabinete de Apoio ao Presidente muito empenhado, determinado e competente, visto que tinham sido pessoas que nunca teriam trabalhado na administração local e por isso lhes agradecia, bem como da colaboração e do auxílio que teriam prestado àquele executivo e ao concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, da

esmagadora maioria dos funcionários da câmara municipal, uma vez que, ainda haveriam pessoas que estariam a desempenhar cargos em que se esqueceriam que a função deles seria prestar serviços à população, à causa pública, e não àquele Presidente, àquela Vereadora ou àquele Vice-Presidente, mas que em todas as organizações existiriam desses casos. Mais disse que, tudo o que teria sido possível realizar naquele espaço de tempo e que tivesse tido aquele sucesso, se tivesse devido ao empenho e ao apoio demonstrado por todas aquelas pessoas que já teriam sido mencionadas, mas também à disponibilidade do executivo para trabalhar dia e noite.-----

Quanto à intervenção da Senhora Deputada Anabela Coelho referiu, que teria falado de um tema muito importante que seria o da saúde. Também era verdade que a Constituição da República Portuguesa dizia que todos os cidadãos teriam direito a cuidados de saúde, mas que infelizmente isso não aconteceria no País todo e que não seria só em Figueira de Castelo Rodrigo, só que naquele concelho teríamos problemas acrescidos, porque estaríamos numa zona de baixa densidade populacional, assim como e orgulhosamente numa zona raiana, e porque os problemas na ULS - Unidade de Saúde Local da Guarda se agravariam a cada dia que passasse, e que todos se aperceberiam disso. Mais informou que devido à falta de médicos no Centro de Saúde, no passado dia sete de novembro tinha tido uma reunião com a Administração da ULS - Unidade de Saúde Local da Guarda, onde teria ido reivindicar e pedir aquilo que a população do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo teria direito, ou seja, a mais médicos, enfermeiros e auxiliares. Mais disse aos Senhores Deputados, no sentido de poderem estar devidamente informados, que no imediato não haveria solução para arranjar mais médicos, isto porque só se iria abrir concurso em fevereiro com apenas cento e vinte vagas para todo o País, e que portanto se esperaria que um desses médicos viesse para este concelho. Ainda aludiu que se teriam tentado algumas soluções, mas que até àquele momento não se teriam obtido os resultados positivos que se pretenderiam, mas que em articulação com a ULS - Unidade de Saúde Local da Guarda, também se estaria a tentar encontrar médicos que quisessem vir para Figueira de Castelo Rodrigo, uma vez que, teríamos condições dignas para lhes dar, isto é, para além daquilo que seria o vencimento e a qualidade de se viver no concelho, também se teria a disponibilidade, tal como tinha havido no passado, de se pagar o alojamento, mas que essa obrigação não seria da câmara municipal, pois a sua obrigação seria a de reivindicar e pedir apesar de não haver respostas, não só ao nível dos médicos mas também naquilo que diria respeito à saúde. Explicou que aquilo que estaria a acontecer no hospital da Guarda seria uma tentativa de esvaziamento dos serviços em detrimento de outros hospitais vizinhos, nomeadamente em algumas especialidades como cardiologia, ortopedia, oftalmologia, e mais recentemente, na obstetrícia com a saída de mais uma médica, a qual se calhar já não iria embora, porque passaria a trabalhar por uma empresa em que seria mais bem paga. Salientou que não haveria resposta adequada por parte do Município para aquela situação, principalmente com um concelho limítrofe como aquele em que nos encontraríamos, e uma localização como a que teria Barca d'Alva relativamente à distância a que se encontrava de Figueira de Castelo Rodrigo. Destacou também que ao chegar-se ao Centro de Saúde de Figueira de Castelo Rodrigo, os médicos não tendo exames auxiliares de diagnóstico teriam que mandar, na maior parte

das vezes, os utentes para a Guarda, mas o que aconteceria ultimamente é que chegados lá, seriam colocados logo numa ambulância e transportados para outros hospitais, nomeadamente para o da Covilhã e de Viseu. Assim, aquilo que o hospital da Guarda precisaria seria de mais médicos e de profissionais de saúde, sendo certo que os médicos estariam a fugir do público para o privado, mas que competiria ao Governo da nação implementar medidas em que obrigassem os médicos que saíssem das universidades, tivessem que fazer também algum tempo do seu serviço na periferia, tal como teria acontecido antigamente, ou então aumentar-lhes o salário se fosse esse o problema, isto porque a sangria que haveria dos médicos do Serviço Nacional de Saúde para o privado seria enorme, só que na Guarda o problema agravava-se, e como tal muitas vezes as pessoas teriam que se ir tratar para outros hospitais, como os de Coimbra. Portanto, e dirigindo-se à Senhora Deputada Anabela Pinto Coelho que teria falado na saúde e no direito que a Constituição da República Portuguesa nos daria, mas que também seria verdade que não se teriam esses cuidados de saúde que deveríamos ter, e que o atual Governo e os que já haveriam passado teriam falhado naquilo em que mais se precisava, que seriam cuidados de saúde de excelência. Referenciou também que o município de Figueira de Castelo Rodrigo, teria assinado um protocolo com a Fundação Álvaro de Carvalho, o qual não passaria só pela realização de operações às cataratas nem de jornadas médicas, mas também pela formação, e como tal, iria-se realizar logo no início do próximo ano, para todos ou para a maioria dos funcionários dos lares, formação no manuseamento dos idosos, a qual seria muito importante porque se teriam registado muitos acidentes, e isso ter-se-ia dado devido ao facto das pessoas que iriam trabalhar para essas instituições não terem tido formação. Depois disse, que em Figueira de Castelo Rodrigo se iria continuar a prestar cuidados de saúde dentro daquilo que a câmara municipal pudesse suportar financeiramente, e que aquilo que teria acontecido ao longo do último ano, foi que para além de não se ter terminado com o Cartão de Saúde Municipal, tal como teria sido acusado em tempos de campanha eleitoral, tendo dado resposta a isso ainda há poucos dias, quando aquele executivo sem ter feito nenhum dia de interrupção da prestação de serviços por parte de quem tinha ganho o concurso, teria feito novamente essa prestação de serviços.-----

-----Relativamente à exposição do Senhor Deputado Luís Pereira e do assunto explanado, o qual estaria relacionado com o problema demográfico, destacou que aquele a par com o da saúde seriam os dois problemas que se teriam no concelho, no Interior, no País e até na Europa, como tal, não poderiam ser as câmaras municipais a ter o condão de inverter aquela situação, isto porque, fosse qual fosse o Presidente da Câmara não iria conseguir resolver o problema demográfico, apenas conseguiria tentar manter a população no concelho, ou seja, aqueles que residissem nele, pois como toda a gente sabia no Interior residiam maioritariamente pessoas idosas, e que a diferença entre os nascimentos e os óbitos seria enorme, uma vez que se estaria a perder uma média de 10% em dez anos de população nos concelhos, sendo certo que no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo se tivesse agravado, uma vez que nos últimos anos se teria perdido 17,7 % da população, ou seja, o equivalente a 1112 pessoas, tal como tinha referenciado o Senhor Deputado. Sublinhou que para reverter aquela situação, só seria possível com um governo com coragem política para implementar medidas radicais, que fizesse investimentos e que

apostasse fortemente nos territórios do Interior e não só no Litoral, só assim é que se poderia atenuar, e tal como diria a Senhora Ministra da Coesão Territorial, Professora Ana Abrunhosa gerir o 'declínio'. Claro que não se poderia baixar os braços, mas que também teria a noção de que não iria resolver o problema demográfico, e se o dissesse estaria a enganar as Senhoras e os Senhores Deputados e todos os figueirenses. Por outro lado explicou, que os Censos de 2021 diziam que teríamos 5150 pessoas no concelho o que não corresponderia à verdade, isto porque não se encontrariam a residir diariamente os estudantes, e depois também haveria pessoas que teriam a residência, mas que estariam a viver noutros locais, uma vez que, quem andasse a fazer os Censos e a bater porta a porta fariam pela família, só que uma ou grande parte dos seus elementos não se encontrariam no nosso concelho, e por isso estaria a crer que o problema demográfico fosse ainda pior. Assim, e dirigindo-se ao Senhor Deputado Luís Pereira, disse que se iria trabalhar em conjunto, porque todos já seriam poucos para que se conseguisse estancar aquilo que seria o inverno demográfico. Salientou que, havia uma situação que não poderia resolver, pois a população residente era idosa e que chegaria ao fim o seu ciclo de vida ou por velhice ou por doença e que a nascer se teriam trinta crianças no concelho, isto quando ocorreriam três vezes mais óbitos por ano. Portanto, tudo aquilo seria inevitável que acontecesse no futuro, e se não houvesse aquelas políticas radicais ainda seria pior para toda a região e não só para o concelho de Figueira de Castelo Rodrigo.-----

-----Em relação à intervenção do Senhor Deputado Carlos Coelho, agradeceu as palavras de um Presidente de Junta que logo num primeiro mandato e dava-lhe os parabéns por isso, teria passado a fazer parte dos órgãos da ANAFRE - Associação Nacional de Freguesias, o que era uma honra para todos, uma vez que, seria ali que se debateriam os assuntos que diriam respeito às Juntas de Freguesia. Evidenciou também que naquela intervenção teria sido falado na celeridade dos serviços na resposta aos cidadãos, ao que respondeu que tal tinha sido incutido nos funcionários desde a primeira hora, pois todos os cidadãos teriam direito a uma resposta nem que fosse negativa, pois seria preferível uma resposta negativa a uma não resposta, e que através de programas informáticos sabia que essas respostas estariam a ser dadas com celeridade, que os papeis já não se perderiam pois tudo estaria a ser registado, e se às vezes fossem mais demoradas poderia dever-se ao facto dos processos serem mais complexos. Mais disse que, tudo aquilo só seria possível fruto do trabalho dos chefes de divisão, mas também dos coordenadores e dos funcionários que se encontrariam quer na parte administrativa, quer na parte em que se prestassem serviços à população e que estariam sediados nos armazéns da câmara municipal, e que depois o resultado do trabalho de todos levaria a um atendimento mais célere. Referiu que quanto à delegação de competências era verdade, tal como teria dito o Senhor Deputado e Presidente de Junta Carlos Coelho, que tínhamos sido o primeiro município, neste mandato a nível do Distrito da Guarda, a delegar as competências e o respetivo envelope financeiro a todas as Juntas de Freguesia, uma vez que o dinheiro seria transferido diretamente da DGAL - Direção-Geral das Autarquias Locais para as Juntas de Freguesia sem sequer ter que passar pela câmara municipal, uma vez que esta a teria deixado de receber, e que assim é que se trabalharia, com transparência e com palavra dada palavra honrada. Esclareceu ainda que quanto à questão da cobertura de rede, já teria sido feita uma

reclamação à ANACOM - Autoridade Nacional de Comunicações, só que não tinham dado em nada, tal como as que já teriam sido dirigidas às Infraestruturas de Portugal por causa da marcação e da reabilitação da Estrada Nacional 332 que ligava Almendra a Vilar Formoso e que passaria por Almeida, em diziam que estaria para breve, só que o breve deles não seria o nosso. Face a estas situações teria que se continuar a reiterar os pedidos a estas duas entidades, bem como iria convidar o Senhor Presidente da ANACOM - Autoridade Nacional de Comunicações para vir ao concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, que trouxesse o telemóvel e que nalgumas zonas visse 'in loco' aquilo que seria a cobertura de rede do concelho. Ressalvou que seria de lamentar que quando anunciavam o 5G e tanta velocidade, e que depois em algumas zonas do concelho nem rede haveria quanto mais atingir essa velocidade, e aquilo que os consumidores estariam a pagar das redes na internet em casa seria muito mais do que aquilo que estaria contratado, e que por isso iria continuar a sensibilizar a ANACOM - Autoridade Nacional de Comunicações para que aquele problema fosse resolvido no mais curto espaço de tempo.

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Carlos Manuel Martins Condesso, terminou a sua intervenção dizendo que por ora se calava, tendo agradecido as palavras de todos quantos os que tinham intervindo, esperando ter respondido a todos com as explicações que tivesse dado.

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo dado por encerradas as intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia, passando-se ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

-----**3. Período da Ordem do Dia:**

-----**3.1. Apreciação do Pedido de Suspensão de Mandato do Senhor Deputado Municipal José Maria Quadrado Tondela.**

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal explicou, que havia sido apresentado um pedido de suspensão de mandato por um período não inferior a dez meses, pelo Senhor Deputado José Maria Quadrado Tondela, e que por via dessa suspensão teria convocado a Senhora Deputada Daniela Marisa Panta Nunes Montes, à qual terá dado as boas-vindas e fez votos de um excelente trabalho durante aquele período que estivesse presente.

-----**3.2. Correspondência recebida e outras informações.**

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal mencionou, que teriam sido distribuídos vários pareceres da ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais, bem como uma moção apresentada na Assembleia Municipal de Belmonte também para o conhecimento de todos os presentes.

-----**3.3. Apreciação da Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e situação financeira do Município, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.**

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal perguntou, se algum dos Senhores Deputados pretendia inscrever-se para intervir naquele ponto, o que não sucedeu, pelo que passou de imediato a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para se pronunciar sobre o assunto apreciação.

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou a sua intervenção por esclarecer, que naquilo que diria respeito à transferência de competências na área da ação social, fruto de negociações e de reivindicações junto do governo teria a informação de que iria ser adiada até ao mês de abril. Tal ocorreu porque haveriam muitos municípios como o de Figueira de Castelo Rodrigo que iriam ficar lesados, tal como estaria a ser prejudicado na área da educação. Mais explicou que o que teria ficado negociado foi que para além da prorrogação daqueles três meses os quais se poderiam estender até seis, e quanto à verba que iria ser transferida aquilo que tinha ficado acordado com o governo seria que fosse transferido um montante de € 8. 213, 46€ (oito mil duzentos e treze euros e quarenta e seis cêntimos), o que para aquilo que era exigido seria uma vergonha. Perante tal situação, teria reunido com os órgãos do seu partido e com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, e se não lhe faltassem à palavra o concelho de Figueira de Castelo Rodrigo iria passar a receber uma verba de €103.314,00 (cento e três mil trezentos e catorze euros) por ano, o que equivaleria a um aumento de 363 %. Por isso na sua opinião, não se poderia ficar calado quando se estivesse a ser prejudicado, porque aquilo que o governo desejaria dar numa fase inicial seria mais um presente envenenado tal como tinha acontecido na área da educação, uma vez que se teria que ter gabinetes individuais, fazer obras e assegurar os atendimentos dos serviços que iriam ser transferidos. Garantiu que se esse reforço da verba fosse cumprido iria-se poder prestar um melhor serviço à população. Transmitiu ainda que relativamente à transferência de competências na educação, havia uma falta de palavra de quem se encontrava a governar o país, designadamente do Ministro da Educação e da Ministra da Coesão Territorial, isto porque teriam conhecimento de que os municípios estariam a ser lesados financeiramente devido aquela imposição na área da educação, tendo dado o exemplo de em quanto a câmara municipal e o agrupamento de escolas de Figueira de Castelo Rodrigo estariam a ser lesados, uma vez que depois de pagarem aos quarenta e cinco funcionários que agora se encontrariam na esfera do município, sobraria uma verba de €12.000,00 (doze mil euros), a qual seria entregue ao agrupamento de escolas, e da qual teria de ser pago o consumo do gás que andaria na ordem de €14.000,00 (catorze mil euros), uma vez que as escolas existentes no concelho teriam mais de quarenta anos e não dispunham de eficiência energética, o que levaria a um défice de €2.000,00 (dois mil euros), mas ainda faltaria pagar a eletricidade, a alimentação da cantina, as telecomunicações, os arranjos nos edifícios, a reprografia, o que estaria a causar um prejuízo incalculável. Também disse que aquilo que teria ficado acordado pelo governo numa reunião de autarcas da CIMBSE - Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, é que iria rever os valores e que no prazo de três meses publicariam essa portaria, mas o facto é que já teria passado mais de meio ano e a câmara municipal de Figueira de Castelo Rodrigo continuava a receber o mesmo, e que por causa daquela situação havia muitas autarquias que estariam a viver momentos difíceis, de uma angústia e de uma asfixia financeira de todo incompreensível, isto porque se tinham sido céleres a impor aquela delegação de competências, então também teriam que ser sérios e darem o respetivo envelope financeiro, e não terem que ser as câmaras municipais a pagar as despesas quando o dinheiro faltasse. Pediu ainda a toda a comunidade escolar que tivesse a compreensão de que não se iria conseguir fazer tudo, isto porque não haveria dinheiro para se fazer aquele investimento que os alunos mereceriam.-----

-----Deu nota que o valor das bolsas de estudo tinha sido aumentado em 8%, fixando-se agora nos €746,11 (setecentos e quarenta e seis euros e onze cêntimos), o qual não teria sido alterado desde 2011, isto quando o regulamento tinha previsto que o valor teria que ser alterado mediante o índice do poder de compra, o que quis dizer que pela primeira vez teriam sido aumentadas. Para além disto, também tinham sido antecipadas as candidaturas para o início do ano letivo, porque seria nessa altura que faria sentido para os alunos, pois precisariam desse dinheiro para arranjar os seus alojamento e para as suas primeiras despesas, como tal, dali por dois dias iriam ser entregues as bolsas de estudo, isto depois de ter sido feito a abertura do procedimento, a realização do concurso e a sua avaliação, quando era hábito que fosse atribuído só no final do ano letivo, o que não faria sentido nenhum. Assim, a entrega das bolsas de estudo tinham sido antecipadas para o período de Natal, e com um aumento de €55,68 (cinquenta e cinco euros e sessenta e oito cêntimos), para todos os estudantes.-----

-----Também disse que o município já tinha investido muito no apoio às cataratas, tanto que já noventa municípios teriam sido operados, e que enquanto fosse possível iriam continuar com aquele programa, pois as pessoas que iriam ao Centro de Saúde pedir as operações às cataratas seriam muitas, pois efetivamente o Serviço Nacional de Saúde não daria resposta, e que com aquele protocolo tentariam resolver a situação dentro do possível. Tal como foi mencionado, já teriam sido realizadas noventa operações, e se no decorrer do próximo ano conseguissem efetuar o mesmo número, já seria uma boa ajuda que se estaria a dar à população, e que aquele dinheiro nunca seria mal gasto.-----

-----Mais referiu que tinha sido com alguma tristeza que teria tido conhecimento da demissão da Senhora Secretária de Estado do Turismo, Comércio e Serviços, Rita Marques, porque em visita ao nosso concelho teria dado a palavra de que iria ajudar o município numa candidatura com um montante de €2.000,00 (dois mil euros) que o anterior executivo não teria executado, a qual passaria por um investimento a realizar em Barca d'Alva, e que não teria sido efetuado. A par daquela situação também teria havido o compromisso de arranjar uma solução para um investimento na estação de Barca d'Alva. Assim, esperava que o novo Secretário de Estado cumprisse a palavra da sua antecessora, porque realmente seria muito importante fazer um investimento em Barca d'Alva, designadamente no passeio ribeirinho, o qual estaria uma vergonha e onde desembarcariam cerca de trezentos mil turistas por ano, pois durante oito anos não tinha tido qualquer tipo de manutenção. Também seria necessário construir um parque de estacionamento para as dezenas e dezenas de autocarros que ali parariam, onde a equipa da Senhora Secretária de Estado do Turismo, das Infraestruturas e do Turismo de Portugal puderam ver 'in loco' quando estiveram sentados na esplanada a chegada daquela parafernália de autocarros, e puderam constatar que seria preciso reorganizar o estacionamento daquelas viaturas. Portanto seria isso que se pretenderia que fizesse, ou seja, que aquele dinheiro que estaria alocado a Figueira de Castelo Rodrigo já teria passado todos os prazos, uma vez que, o anterior executivo não teria executado, e portanto, que agora se fizesse a prorrogação do prazo para que se conseguisse fazer obras em Barca d'Alva, as quais seriam muito importantes para aquela localidade da freguesia de Escalhão. Também informou que o contrato da subconcessão com a Douro Azul estaria findado bem como a concessão com a IP - Infraestruturas de Portugal, pois o último pagamento que se teria efetuado tinha sido naquele

mês, tendo ressalvado a cordialidade do Presidente das Infraestruturas de Portugal relativamente àquela matéria, porque aquilo que unicamente terá sido solicitado para terminar com aquela concessão, foi que se tapassem os buracos que estariam com blocos na estação de Barca d'Alva, assim como teriam sido mandadas tirar medidas aos funcionários da câmara municipal para se fazer um projeto à Douro Azul, isto apesar de não se saber que o anterior executivo tivesse feito aquele projeto, pois só teve conhecimento dele numa fase posterior, quer pelas Infraestruturas de Portugal quer pela Douro Azul. Perante tal pedido, os buracos foram tapados em dois dias, e foi enviado um vídeo a comprovar; de imediato, teria recebido o acordo assinado para que se revogasse aquela concessão, isto porque ninguém conseguia perceber a razão de se estar a gastar €3.000,00 (três mil euros) mensais, sem que houvesse um projeto para aqueles edifícios todos da estação de Barca d'Alva. Por outro lado também livraria o município de problemas, isto porque se acontecesse alguma coisa naqueles edifícios e na sua área envolvente a responsabilidade seria da câmara municipal, e assim sendo, não havendo projeto não se teria de ter aquilo concessionado e ainda se pouparia dinheiro. Mais informou que se iria reunir com a Douro Azul logo no início do ano, pois as relações seriam as melhores e que iriam arranjar outra alternativa, uma vez que se sentiram enganados naquilo que lhes teria sido prometido pelo anterior executivo, que passaria pela construção de um cais em Barca d'Alva no valor de mais de €1.000.000,00 (um milhão de euros), o qual nem seria competência da câmara municipal. Após todas as partes envolvidas terem conversado entre elas, incluindo a APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, teria ficado esclarecido que o município de Figueira de Castelo Rodrigo estaria livre de ónus da estação de Barca d'Alva. Sublinhou que a visita da Senhora Secretária teria sido muito importante, porque tinha ficado o compromisso no ministério de arranjamem uma solução para o investimento na estação de Barca d'Alva, a qual não servisse só um operador mas todos os turistas e todos aqueles que fossem a Barca d'Alva. Destacou que ao se investir na estação não se iria por em causa a reabilitação da linha do Douro, nomeadamente entre o Pocinho e Barca d'Alva, porque se fosse construído um hotel a bilheteira ficaria na receção tal como estava no Porto, mas se não fosse, aquilo que as Infraestruturas de Portugal precisaria, seria de vinte metros quadrados para colocar um equipamento para a venda de bilhetes.-----

-----Mencionou também que fruto de um Contrato-Programa assinado com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Figueirenses, tinha-lhes sido atribuído uma verba de €55.000,00 (cinquenta e cinco mil euros), para retirarem o amianto e poder renovar a cobertura de todo aquele espaço a que chamariam de Pavilhão Multiusos. Explicou que teria havido uma candidatura realizada pelo país todo e que previa apoiar a 75%, só que aquilo que teria sido assinado pelo Senhor Secretário de Estado foi só de 50% para as obras, e como tal a câmara municipal decidiu ajudar os Bombeiros Voluntários, uma vez que não dispunham de capacidade financeira para a execução dessa obra, uma vez que estariam a contar com 75% do apoio e o governo apenas lhe teria dado 50%.-----

-----Iguamente falou na reabertura das Piscinas Municipais Cobertas, dizendo que estariam devolvidas à população, a funcionarem de forma plena e a terem muita adesão, quer em regime livre quer com aulas ministradas pelos técnicos de desporto, e nomeadamente também com muita utilização por parte

dos alunos da Academia Sénior. Assim com tanta adesão por parte da população, tinha ficado provado a importância do funcionamento daquele equipamento público, e da sua reabertura no mais curto espaço de tempo possível, isto depois de terem estado encerradas durante quatro anos.-----

-----Referenciou também a intervenção profunda que teria sido levada a cabo no relvado do Estádio Municipal, designadamente ao nível da sua retificação, com a escarificação da relva, arejamento das raízes, criação de uma nova sementeira e compactação da relva. Mais disse que aquele trabalho já não seria feito há três anos, e que quem tivesse tido a oportunidade de assistir a um jogo no estádio antes da realização daquele procedimento teria percebido que a relva estaria completamente danificada, mas que naquele momento o problema já estaria resolvido, e como tal ficava à espera que as crianças e os jovens do nosso concelho o utilizassem com responsabilidade, porque tinham um relvado que não envergonharia como qualquer relvado do nosso país.-----

-----Também informou que se tinha procedido a uma intervenção nos painéis de azulejos existentes no centro de Figueira de Castelo Rodrigo, nos quais teriam sido colocadas imagens relativas ao brasão e um mapa do concelho com vários pontos de interesse.-----

-----Para além da intervenção nos painéis de azulejos, também referiu que tinham sido substituídas as luminárias nos Largos Mateus de Castro e Serpa Pinto, uma vez que 90% estariam fundidas, e que não tinha conseguido perceber como é que nunca tinham sido mudadas estando ali tão próximas da câmara municipal. Assim todas as lâmpadas teriam sido substituídas e trocadas por tecnologia LED, pois conforme lhe teria explicado o Diretor da EDP, que gastaria mais uma lâmpada de iodo do que todas as lâmpadas de LED que se encontrariam nesses Largos. Portanto para além de se ter ficado com uma melhor iluminação naquelas zonas por onde passaria tanta gente, e onde até deixaria de haver focos de problemas quando se juntassem ali algumas pessoas que andassem a danificar as casas de banho. Agora aquele equipamento público já estaria às claras, e que já se conseguiria ver aquilo que não se viu no passado, em que tinham sido anos e anos a passar por aquele local e que não teria dado para perceber que os Largos não teriam luz.-----

-----Quanto às obras no restaurante do Parque de Lazer de Castelo Rodrigo, estas iriam passar para outra fase uma vez que já teria sido colocada a cobertura no espaço, e que o empreiteiro iria começar a assentar a telha para ficar com um aspeto rústico bem como os tetos falsos. Mais disse, que depois seria necessário fazer um novo projeto para se poder reformular o restaurante no seu interior, uma vez que estaria completamente danificado e os alumínio que lá estariam já não teriam nenhuma eficiência energética, e como tal teriam de ser substituídos.-----

-----Por outro lado, tinha-se realizado uma iniciativa no Centro Interpretativo da Batalha de Castelo Rodrigo da qual teria ficado muito agradado, uma vez que se tinha proporcionado uma noite diferente, na medida em que se teria juntado o jazz à história, à cultura e à promoção de produtos endógenos. Garantiu que tinha sido um evento excelente, tendo atraído gente àquele espaço, e que, para além de se ter promovido e democratizado a cultura, teria havido a possibilidade de um novo público ter visitado o Centro Interpretativo à noite. Assegurou que aquela iniciativa se iria replicar, como também espetáculos de ópera e de música clássica também pelo nosso património concelhio.-----

-----Relativamente à 'Terra Natal' disse, que não estaria a fazer mais que a sua obrigação bem como do executivo, que seria dar felicidade e criar sorrisos no rosto das crianças. Esta iria estar a decorrer entre o dia um e vinte e cinco de dezembro, em Figueira de Castelo Rodrigo, para trazer animação, dinamizar a economia local e atrair gente ao concelho. Por aquilo que lhe teriam dito os proprietários dos restaurantes, é que se teria conseguido atrair muito público espanhol ali junto da nossa fronteira, o que seria importante, porque iria ficar dinheiro na economia local, na restauração, na hotelaria, mas acima de tudo serviria para que os nossos cidadãos não tivessem que sair do seu território para que pudessem vir a ter as mesmas condições e oportunidades que em concelhos vizinhos. Era claro que ainda faltariam algumas iniciativas, mas que ainda no dia anterior quem tivesse passado no recinto teria visto a dinâmica de muitas pessoas a dançar e a praticar exercício numa aula de zumba. Aproveitou também para convidar todos os figueirenses para que no dia vinte e quatro se voltasse a cumprir a tradição, não no adro da igreja, mas em frente à Casa da Cultura, a partir das dezassete horas com o acender da fogueira de Natal, onde iria haver uma bebida associada e também música de natal com uma "DJ Christmas Party". No fundo o objetivo seria reunir todos os filhos da terra, bem como aqueles que viessem de fora para se juntarem ao redor da fogueira para momentos de convívio, antes de irem para a ceia de natal.-----

-----Mencionou também que as intervenções realizadas nos passeios da Aldeia Histórica, decorrentes daquela obra do Ecoparque já estariam praticamente concluídas, assim como o estacionamento em que só faltaria assentar os paralelos, uma vez que o gradeamento já estaria pronto. Mais disse que toda aquela situação teria sido fruto do atraso do empreiteiro, o qual já viria de trás, mas que também não pretenderia prejudicar quem criasse emprego no concelho, porque caso contrário já lhe teria retirado a obra.-----

-----Numa outra área referiu que uma empresa pública, a FlorestGal iria investir € 1.000.000,00 (um milhão de euros), na rearborização da parte sul da serra da Marofa, mais concretamente na zona da Moreirola. O investimento em causa contemplaria uma área de 270 hectares, onde se iria fazer a regeneração natural de sobreiros e azinheiras, bem como a reconversão de áreas de eucaliptal para povoamentos de espécies autóctones, como o sobreiro, azinheira, medronheiro, freixo e lódão-bastardo, isto aliado ao facto de irem recuperar algumas linhas de água. Na sua opinião este investimento seria muito importante, tanto que teria lançado o repto à empresa que o fizesse, isto porque teria mais terrenos no concelho onde poderia vir a trabalhar. Assim iriam precisar de mão-de-obra, uma vez que estaria previsto a plantação de duzentas mil plantas, pelo que esperaria que a empresa que ganhasse o concurso viesse recrutar cidadãos do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo. Ainda disse que, tal como no turismo, a Senhora Secretária de Estado, também entretanto teria sido demitido o Presidente da FlorestGal e que estaria para ser substituído, mas que esperaria que o investimento se iniciasse o mais rápido possível.-----

-----Informou também que a câmara municipal teria cedido a escola primária para a Junta de Freguesia de Mata de lobos, para ser instalada a Associação de Caminheiros do Águeda bem como uma Associação de Caçadores, isto porque seria melhor dar-se uso àqueles espaços do que se estarem

a degradar. De igual modo também teria feito o mesmo em Vilar Torpim, onde se iria fazer uma sala de formação e dessa forma a Junta de Freguesia poder dar-lhe alguma utilidade, e assim aquela escola poder ser devolvida à população de Vilar Torpim e do Bizaril.-----

-----Destacou ainda que teria sido terminada a estrada que ligava Vilar Torpim ao reservatório de água, que mais não seria o cruzamento que iria para Nave Redonda, só que estaria com um problema ao nível da pintura, pois não teria sido realizada em condições, mas o empreiteiro já teria garantido que iria ser reposta.-----

-----Aproveitou também para comunicar que já teriam sido concluídos os últimos 400 metros que faltavam asfaltar da estrada que ligava Castelo Rodrigo ao Convento de Santa Maria de Aguiar, isto apesar de haver também um pequeno problema com o levantamento da estrada, porque se calhar o alcatrão teria sido colocado num dia em que a temperatura não seria a mais adequada, e como tal o empreiteiro teria que o repor. Mais disse que para além daquele local o alcatrão teria de ser colocado noutros sítios, tanto que já teria mandado fazer um levantamento como prioritário, não para remendar porque isso andaria a ser feito, mas a chuva teria sido tanta que teria criado muitos buracos, uma vez que não teria havido manutenção nas principais artérias do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, ao longo daqueles últimos anos. Deu a sua opinião dizendo que o problema já não se resolveria só com um tapa buracos, mas sim com a colocação de um novo pavimento, e seria então esse levantamento que já estaria a ser feito, uma vez que Figueira de Castelo Rodrigo teria que estar bonita, pois os turistas teriam que ter uma boa imagem do concelho, mas principalmente da sua sede. Claro que aquele assunto iria ser resolvido a partir do momento que houvesse disponibilidade financeira e os técnicos fizessem esse levantamento.-----

-----Deu ainda conhecimento de que iria haver mais um investimento privado no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, no qual dois empresários figueirenses que para além de terem instalado a sede da Biaia - Quinta Biológica, nos antigos Pavilhões do Alsim, também teriam feito um investimento de €1.000.000,00 (um milhão de euros). Assim, ao terem adquirido aqueles armazéns, pretendiam instalar nesse espaço a adega e a linha de engarrafamento de vinhos, mas também a empresa Lowe, a qual iria criar uma unidade de transformação e comercialização de amêndoa, a qual poderia vir a ser muito importante para o concelho como produtores de amêndoa que seríamos, pois passaríamos a ter um sítio onde colocar a amêndoa para poder ser transformada, fazer o descace e ser torrada. Para além disso, já teriam protocolos assinados com as Associações de Trás-os-Montes, nomeadamente de Mogadouro, que com isso os produtores já não teriam de ir entregar a amêndoa noutros locais, mas que ficaria logo em Figueira de Castelo Rodrigo. Também disse que lhes tinha agradecido muito e indicado o sítio para a construção daquele espaço, tendo participado assim nas negociações e ajudado naquilo que conseguiu para a concretização daquele negócio com o proprietário dos Alsim.-----

-----Ressalvou também que as alterações que teriam havido nos horários do transporte da Cegonha Móbil prender-se-iam por dois motivos, o primeiro dos quais estaria relacionado com o facto da população das aldeias poderem chegar mais cedo ao centro de saúde e à feira, e o outro é que com isso o município teria conseguido fazer uma grande poupança, isto porque com a saída dos autocarros

àquela hora também poderiam transportar alunos, e por isso não teriam tido nenhuma inflação nos custos com a transportadora.-----

-----Salientou ainda que ao nível do BUPI - Balcão Único do Prédio, ou seja, o serviço do registo de terrenos estaria em pleno funcionamento no município de Figueira de Castelo Rodrigo, pois até àquele momento já teriam sido registadas 5641 matrizes, o que no distrito e na região da CIMBSE - Comunidade intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela se estaria no topo, aquilo mesmo sem o equipamento e os técnicos que teriam sido prometidos pela Comunidade Intermunicipal referida anteriormente, se encontraria disponível para a população.-----

-----Para terminar falou do Seguro de Saúde Municipal, o qual havia sido pensado pelo Partido Socialista e pelo Doutor Feliciano Martins e que em boa-hora o teria feito, isto apesar de lhe ter dito pessoalmente e também em reuniões de câmara quais as lacunas que detinha. Agora que era Presidente da Câmara teria a responsabilidade de o aperfeiçoar, e como tal o seu valor teria ficado mais barato fruto daquilo que seria a concorrência, pois naquele momento a carteira de quem geria mais de meio milhão de euros pertencia a um mediador/corretor de seguros de Figueira de Castelo Rodrigo. Explicou que nunca tinha percebido porque é que a mediação não era feita no concelho, mas em Linda-a-Velha ou numa praceta qualquer em Lisboa. Assim para precaver aquela situação, teria sido colocado no caderno de encargos que a seguradora que ganhasse o concurso, o mediador e o corretor teriam que ter escritório aberto em Figueira de Castelo Rodrigo. Destacou que a seguradora que tinha ganho teria sido a mesma que anteriormente, ou seja, a Lusitânia, a qual indicou dentro daqueles que deteriam carteira com aquela seguradora, a Publisegur de Figueira de Castelo Rodrigo, a qual iria criar mais riqueza e postos de trabalho no concelho, uma vez que iriam fazer a gestão do seguro de saúde. Também realçou a importância de haver um diálogo e articulação entre os médicos do Seguro e os do Centro de Saúde local, no sentido de não se repetirem exames complementares de diagnóstico bem como análises clínicas, mas acima de tudo para que as pessoas não tivessem a necessidade de se deslocarem de um lado para o outro, sem que os médicos tivessem conhecimento dos procedimentos já realizados e se já estariam a ser medicados para o efeito, até porque na sua opinião seria importante que os cidadãos não repetissem os exames sujeitos a radiação, a qual faria muito mal ao organismo da pessoa. Esperava que estivesse a haver essa articulação, uma vez que tinha sido esse o compromisso assumido com todos, pois a própria seguradora assim que tinha assumido funções como Presidente da Câmara o teria procurado, para lhe dizer que nunca percebeu porque é que não havia diálogo com os médicos do Cartão de Saúde, pelo que teria respondido que seria uma questão de os juntar e falarem. Agradeceu aos médicos do Centro de Saúde de Figueira de Castelo Rodrigo mas também aqueles que estariam a prestar serviços, porque se teriam disponibilizado para trabalhar em conjunto pelo bem comum ao nível da saúde, e que por outro lado estariam a fazer uma poupança aos contribuintes. Mais disse que compreendia que as pessoas quisessem ir a todos os médicos e que fizessem análises e exames sucessivos, mas que tal não seria necessário porque bastaria ter um exame para poder ser avaliado por mais médicos. Salientou ainda que os cidadãos que se deslocassem ao Centro de Saúde, e que os médicos na sua avaliação entendessem que fosse mais

célere o exame através da Casa de Saúde de São Mateus seriam reencaminhados para lá, isto quando o Serviço Nacional de Saúde e neste caso o Hospital da Guarda e as clínicas com que trabalhasse, uma vez que por causa dos atrasos em algumas áreas estaria a adjudicar serviços, e não conseguissem dar resposta, então seriam canalizados para o Seguro de Saúde. Referiu também que a nível da podologia já não seria necessário sair de Figueira de Castelo Rodrigo, uma vez que existia uma podologista e tal como os médicos dentistas, também a podologia iria ser feita no Cartão de Saúde e no Ninho de Empresas e do Conhecimento. Portanto teria havido assim algumas novidades, e o valor mensal do Seguro de Saúde, o qual teria sido feito por dois anos seria de €274.440,00 (duzentos e setenta e quatro mil quatrocentos e quarenta euros), o que iria perfazer nos dois anos um total de €548.880,00 (quinhentos e quarenta e oito mil oitocentos e oitenta euros), o que equivalia a muito dinheiro, mas como não se tinha cuidados de saúde de excelência, e como estaríamos abandonados e entregues a nós próprios, pois a Constituição da República não se faria cumprir, teria de se continuar a fazer aquele investimento na área da saúde, agora em articulação com o Centro de Saúde e que esperaria que fosse por muitos e bons anos, isto porque quem ganharia seria toda a população do concelho.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Carlos Manuel Martins Condesso, terminou a sua intervenção dizendo que estaria disponível para responder ao que os Senhores Deputados quisessem perguntar, mas que em relação à informação escrita era tudo o que teria para dizer.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo perguntado se alguém pretendia inscrever-se para intervir, o que não sucedeu, passando-se ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.-----

-----**3.4. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 161/2022 - PCM/MANDATO 2021-2025, Extinção da Associação de Municípios do Vale do Côa.**-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal perguntou, se algum dos Senhores Deputados pretendia inscrever-se para intervir naquele ponto, o que não sucedeu, pelo que passou de imediato a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para se pronunciar sobre o assunto em questão.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal explicou, que tinham reunido os municípios que faziam parte da Associação de Municípios do Vale do Côa, a qual iria ser extinta. Esclareceu que aquela Associação não teria tido qualquer atividade desde o ano de dois mil e catorze, uma vez que o fim específico para o qual teria sido constituída já se tinha esgotado, pois o PROVERE - Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos do Vale do Côa, já teria ficado executado com a construção do Museu do Côa e da realização de investimentos. Entretanto também teria surgido outra Associação tendo ficado aquela sem atividade. Por outro lado, estaria a arranjar alguns problemas ao nível da Autoridade Tributária, isto porque todos os anos eram pedidos documentos os quais não existiriam face à sua inatividade. Perante tal situação que só estaria a perdurar no tempo, o Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal solicitou a extinção da Associação de Município do Vale do Côa, a qual teria sido aprovada por unanimidade, em conformidade com os considerandos apresentados na ata anexa à proposta.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, sendo que de seguida foi colocada a proposta à votação dos Senhores Deputados, tendo sido aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes.-----

-----**3.5. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 167/2022 - PCM/MANDATO 2021-2025, Contrato de delegação de competências do Município de Figueira de Castelo Rodrigo no Agrupamento de Escolas de Figueira de Castelo Rodrigo.**-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal perguntou, se algum dos Senhores Deputados pretendia inscrever-se para intervir naquele ponto, o que não sucedeu, pelo que passou de imediato a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para se pronunciar sobre o assunto em questão.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que já ali tinha falado daquela delegação envenenada de competências, a qual no fundo passaria por delegar as competências que estariam atribuídas por lei à câmara municipal no Senhor Diretor do Agrupamento de Escolas de Figueira de Castelo Rodrigo, bem como a transferência de todas as verbas, em que o valor mensal a transferir seria de €12.552,10 (doze mil quinhentos e cinquenta e dois euros e dez cêntimos), e o valor no período de oito meses o qual equivalia a um ano escolar, iria perfazer um total de €100.416,16 (cem mil quatrocentos e dezasseis euros e dezasseis cêntimos). Portanto, seria aquela a verba que iria ser atribuída pela Administração Central, a qual seria transferida para o Senhor Diretor e para a Direção do Agrupamento de Escolas de Figueira de Castelo Rodrigo, que esperava que fizessem dela uma boa gestão, isto porque ninguém melhor do que eles a conseguiria fazer, e não seria um Presidente de Câmara a ter experiência para a obter. Por outro lado, o Agrupamento de Escolas a nível de compras não estaria a cumprir ainda com o Código dos Contractos Públicos, e como tal essa transferência de competências direta para os municípios seria morosa, isto porque se teriam que fazer caderno de encargos novos, uma vez que tinham uma forma diferente de trabalhar. Referiu ainda que enquanto não houvesse reforço de verbas naquela área da educação, as quais estariam a arruinar os cofres da câmara municipal de Figueira de Castelo Rodrigo nunca aceitaria ficar com elas, e que por comum acordo com o Diretor do Agrupamento a competência ficaria sempre no foro daquele Agrupamento de Escolas. Em contrapartida o município ter-se-ia comprometido a fazer sempre o investimento que fosse possível nas escolas, tal como já teria sido feito não só ao nível das infraestruturas, mas que iriam realizar obras nos wc's, porque era uma vergonha o estado em que se encontrariam as casas de banho das escolas e dos edifícios escolares, não tendo conseguido perceber como é que o Ministério da Educação teria deixado chegar aquele equipamento ao ponto em que se encontraria. Para além disso, também já teria sido efetuado um investimento em material didático para as crianças, e numa sala sensorial para todos os alunos e para a comunidade, apesar de estar instalada na Escola Secundária. Assim sendo, a câmara municipal teria recebido a transferência de competências na área da educação, as quais teriam sido passadas para o Senhor Diretor do Agrupamento de Escolas de Figueira de Castelo Rodrigo e transferidas todas as verbas para o efeito, tendo o município apenas que pagar aos funcionários que estariam na sua esfera, que naquele caso seria o pessoal não docente.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, sendo que de seguida foi colocada a proposta à votação dos Senhores Deputados, tendo sido aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes.-----

-----**3.6. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 170/2022 - PCM/MANDATO 2021-2025, Plano Municipal para a Igualdade e não Discriminação.**-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal perguntou, se algum dos Senhores Deputados pretendia inscrever-se para intervir naquele ponto, o que não sucedeu, pelo que passou de imediato a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para se pronunciar sobre o assunto em questão.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal mencionou, que aquele plano teria sido efetuado na área de influência da CIM - Comunidade intermunicipal, e que portanto havia ocorrido de igual forma para todos os municípios. Esclareceu que o importante ali seria que o Plano Municipal para a Igualdade e não Discriminação fosse discutido e melhorado se os Senhores Deputados assim o entendessem. Mais disse que o referido plano seria igual para todos os municípios, uma vez que tinha existido o apoio de entidades externas que o teriam elaborado, isto depois de ter sido realizado um levantamento exaustivo no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, o qual posteriormente teria sido devidamente adaptado. Concluiu a sua explicação dizendo, que estaria à disposição de todos os membros da assembleia municipal presentes para qualquer esclarecimento, relativamente a uma matéria tão importante como a da igualdade de direitos e não discriminação de nenhum cidadão do concelho a que todos pertenceriam.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, sendo que de seguida foi colocada a proposta à votação dos Senhores Deputados, tendo sido aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes.-----

-----**3.7. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 171/2022 - PCM/MANDATO 2021-2025, Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI).**-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal abriu a proposta à discussão dos Senhores Deputados, não tendo havido qualquer inscrição para discussão, pelo que passou de imediato a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para se pronunciar sobre o assunto em análise.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que iria dar uma explicação quanto às propostas apresentadas no âmbito da fiscalidade, dizendo que na esfera do município se aplicaria sempre o mínimo que a lei concedesse. Assim sendo explicou que no caso do IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis, os prédios rústicos teriam uma taxa fixa de 0,8% e que nos prédios urbanos seria de 0,30%, uma vez que se aplicaria o mínimo e não o máximo que equivaleria a 0,45%. Quanto ao IMI familiar disse que também se daria um bónus a quem tivesse um dependente a cargo, o qual corresponderia a uma redução de €20 (vinte euros), com dois dependentes a cargo €40 (quarenta euros), e quem tivesse três ou mais dependentes a cargo teria uma redução de €70 (setenta euros). Por outro lado haveria também a majoração de 30% da taxa de IMI para prédios urbanos degradados, bem como elevar-se para o triplo a taxa de IMI aplicável a prédios urbanos que se encontrassem devolutos há mais de um ano, o que no

fundo iria obrigar os proprietários a terem cuidado com os seus imóveis, os quais alguns estariam em derrocada e a colocarem em perigo os cidadãos do concelho, principalmente depois das chuvas que tinham caído existiriam situações que estariam a preocupar a Proteção Civil e o executivo. Mais disse que da proposta apresentada aquilo que a câmara municipal teria deixado de arrecadar e daria às famílias seria um valor na ordem de €175.709,00 (cento e setenta e cinco mil setecentos e nove euros). Também referiu que ao ter-se em consideração a taxa de IML a vigorar de 0,3%, o benefício total daquela medida para o município poder-se-ia estimar em €13.551,25 (treze mil quinhentos e cinquenta e um euros e vinte e cinco cêntimos). Saliou ainda que em dois mil e dezanove a coleta teria sido de €376.458,27 (trezentos e setenta e seis mil quatrocentos e cinquenta e oito euros e vinte e sete cêntimos), em dois mil e vinte de €484.082,92 (quatrocentos e oitenta e quatro mil oitenta e dois euros e noventa e dois cêntimos), em dois mil e vinte e um de €401.500,42 (quatrocentos e um mil e quinhentos euros e quarenta e dois cêntimos), e que desde dois mil e vinte e dois até aquele momento teria sido de €290.000,84 (duzentos e noventa mil euros e oitenta e quatro cêntimos), segundo valores das Finanças.---

-----De seguida falou no lançamento de derrama dizendo que seguiria aquilo que a lei permitisse, uma vez que iriam aplicar aos sujeitos passivos que tivessem tido um volume de negócios no ano anterior que ultrapassasse os €150.000,00 (cento e cinquenta mil euros), uma derrama de 1,5%. Por outro lado a esmagadora maioria das empresas que estivessem a laborar no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, iriam ter a aprovação de uma taxa de derrama de 0%, isto para todos os sujeitos passivos com residência e sede social em Figueira de Castelo Rodrigo, e com um volume de negócios que no ano anterior não tivesse ultrapassado os €150.000,00€ (cento e cinquenta mil euros). Portanto na sua opinião seria o normal e até onde o município poderia ir que seria o mínimo, apesar de se ter alguma dificuldade porque o Estado não daria informação a esse nível.-----

-----No que dizia respeito ao IRS - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, ressaltou que o município iria devolver a totalidade dos 5% que seria possível devolver, em que no ano de dois mil e vinte e dois, conforme constaria da tabela apresentada na proposta em consideração, o benefício atribuído teria sido de €149.711,00 (cento e quarenta e nove mil setecentos e onze euros), a toda a população do concelho o que teria impacto. Mais disse que por uma questão de transparência os valores disponibilizados datariam desde o ano de dois mil e nove, em que teria havido a aplicação de 3% e de 2% no ano de dois mil e dez até ao ano de dois mil e dezassete. A partir do ano de dois mil e dezoito teria passado para 0% até aquele momento, e se a proposta fosse aprovada assim se iria manter, ou seja, o dinheiro que a câmara municipal pudesse vir a arrecadar seria devolvido aos cidadãos, o que no ano de dois mil e vinte e três se estaria a falar na ordem de €162.158,00 (cento e sessenta e dois mil cento e cinquenta e oitos euros), isto porque a coleta era feita do ano transacto.-----

-----Relativamente à taxa municipal de direitos de passagem disse, que aquela seria determinada com base na aplicação de um percentual sobre o total da faturação mensal emitida pelas empresas que oferecessem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do município. Como tal o percentual aplicado pelo município a essas empresas seria de 0,25%, o qual equivaleria ao máximo permitido por lei, sendo aquela uma forma da câmara

municipal de Figueira de Castelo Rodrigo conseguir arrecadar dinheiro, uma vez que aquele pagamento teria de ser efetuado por empresas nacionais e não do concelho.-----

-----Terminou a sua intervenção dizendo, que estaria à disposição de todos os membros da assembleia municipal presentes para responder a qualquer questão, mas que aquela disposição de se taxar pelo mínimo possível já viria de trás, a qual seria chamada de fiscalidade amiga dos cidadãos, isto com o objetivo de se incentivarem as pessoas a deslocarem-se para o concelho, mas também para que naqueles tempos de incerteza que estariam a ocorrer, as pessoas pudessem ficar com mais dinheiro disponível ao fim do mês.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, sendo que de seguida foi colocada a proposta à votação dos Senhores Deputados, tendo sido aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes.-----

-----**3.8. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 172/2022 - PCM/MANDATO 2021-2025, Lançamento de Derrama.**-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal abriu a proposta à discussão dos Senhores Deputados, não tendo havido qualquer inscrição para discussão, sendo que de seguida foi colocada a proposta à votação dos Senhores Deputados, tendo sido aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes.-----

-----**3.9. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 173/2022 - PCM/MANDATO 2021-2025, Participação do Município no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS).**-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal abriu a proposta à discussão dos Senhores Deputados, não tendo havido qualquer inscrição para discussão, sendo que de seguida foi colocada a proposta à votação dos Senhores Deputados, tendo sido aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes.-----

-----**3.10. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 178/2022 - PCM/MANDATO 2021-2025, Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP).**-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal abriu a proposta à discussão dos Senhores Deputados, não tendo havido qualquer inscrição para discussão, sendo que de seguida foi colocada a proposta à votação dos Senhores Deputados, tendo sido aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes.-----

-----**3.11. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 179/2022 - PCM/MANDATO 2021-2025, Contratação de empréstimo de médio e longo prazo para financiamento de Aquisição de Viatura de Resíduos Sólidos Urbanos.**-----

-----Pela Senhora Presidente foi presente à Assembleia a Proposta n.º 179/2022 - PCM/MANDATO 2021/2025, referente à Contratação de empréstimo de médio e longo prazo para financiamento de Aquisição de Viatura de Resíduos Sólidos Urbanos, que a seguir se transcreve:-----

-----Considerando que:-----

-----Na reunião do Executivo de 7 de setembro de 2022, foi aprovada a Proposta n.º 145/2022 – PCM/Mandato 2021/2025 para abertura de um Procedimento de Contratação de Empréstimo para a

Aquisição de Viatura de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos, no valor de até € 325.000,00 (trezentos e vinte e cinco mil euros), pelo prazo de 10 anos, nos termos do caderno de encargos àquela proposta anexo e com convite às seguintes instituições bancárias:-----

-----Caixa Geral de Depósitos, SA;-----

-----Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Região do Fundão e Sabugal, CRL;-----

-----Millennium BCP, SA;-----

-----Banco BPI, SA.-----

-----O procedimento seguiu os respetivos trâmites, conforme relatórios preliminares e finais, anexos à presente Proposta, dos quais se destacam os seguintes dados:-----

-----Todos os convidados apresentaram propostas;-----

-----Destas, apenas a proposta do concorrente Millennium BCP, SA foi excluída, por incumprimento de algumas disposições do Convite e do Caderno de Encargos;-----

-----Cumpridos os direitos de audiência legalmente exigidos e nos termos da análise das propostas, o Júri propôs a adjudicação ao concorrente Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Região do Fundão e Sabugal, CRL, tendo em consideração a lista de graduação seguinte:-----

Ordem	Concorrente	Spread apresentado	Pontuação
1.º	Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Região do Fundão e Sabugal, CRL	0,180%	1
2.º	Banco BPI, SA	0,520%	0,865
3.º	Caixa Geral de Depósitos, SA	0,650%	0,8

-----Nos termos da alínea f) do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado e publicado em Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (RJAL), na sua atual redação é competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, a autorização da contratação de empréstimos, sendo que as propostas de autorização para a contratação de empréstimos são obrigatoriamente acompanhadas de informação detalhada sobre as condições propostas por, no mínimo, três instituições de crédito, bem como do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município (a qual se anexa à presente Proposta) -----

-----Mais impõe n.º 2 do artigo 51.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), publicado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação que, caso os investimentos a financiar ultrapassem 10 % das despesas de investimento previstas no orçamento do exercício, são submetidos, independentemente da sua inclusão no plano plurianual de atividades, a discussão e a autorização prévia da assembleia municipal;-----

-----O Orçamento para 2023, já aprovado pelo Executivo a submeter à Assembleia Municipal na mesma Sessão da presente Proposta, tem previsto um valor de € 1.962.000,00 para a despesa em bens de investimento (classificação económica 07.01 – Aquisição de bens de capital / Investimento), nas quais está prevista uma dotação de € 320.000,00 para a aquisição de material de transporte para a recolha de resíduos (GOP – 2 254 2022/47 – Resíduos Sólidos / Aquisição de Viaturas, classificação económica 07.01.06.01) -----

-----Atento o exposto, proponho que o ilustre Órgão Executivo que delibere:-----

-----a) No âmbito das competências próprias previstas da alínea f), do artigo 33.º, do RJAL, proceder à aprovação do Relatório Final de Avaliação das Propostas do Procedimento de Contratação de Empréstimo para a Aquisição de Viatura de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos, no valor de até € 325.000,00 (trezentos e vinte e cinco mil euros), em anexo à presente proposta e que aqui se dá por integralmente reproduzido;-----

-----b) Nos termos da alínea ccc), do artigo 33.º do RJAL, submeter ao Órgão Deliberativo para efeitos de deliberação:-----

-----i) O pedido de autorização prévia do investimento a financiar (constante da GOP – 2 254 2022/47 – Resíduos Sólidos / Aquisição de Viaturas, classificação económica 07.01.06.01), nos termos do n.º 2, do artigo 51.º do RFALEI descritos infra:-----

-----ii) O pedido de autorização da contratação de empréstimo, pelo prazo de 10 anos no valor de até € 325.000,00 (trezentos e vinte e cinco mil euros), para Aquisição de Viatura de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos, nos termos e para os efeitos previstos nas disposições conjugadas da alínea f) e do n.º 4, ambos do artigo 25.º, do RJAL.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal perguntou, se algum dos Senhores Deputados pretendia inscrever-se para intervir naquele ponto, o que não sucedeu, pelo que passou de imediato a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para se pronunciar sobre o assunto em questão.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por dizer que às vezes se antecipavam situações sem se saber o que poderia acontecer no futuro, isto porque o executivo já teria decidido comprar uma nova viatura para a recolha dos resíduos sólidos urbanos, uma vez que a que existia estaria com muitos problemas, mas que naquele momento seria mais necessária do que nunca, pois infelizmente tinha sofrido um trágico acidente sem culpa para o seu motorista e para quem se encontraria na viatura, e que teria deixado estar operacional. Perante tal situação explicou, que teria havido a necessidade de se efetuar um concurso urgente de prestação de serviços para se fazer a recolha do lixo, o que provocou algum constrangimento durante um dia ou dois, o qual teria sido o tempo imprescindível até se realizar aquele procedimento bem como para se recolher o lixo. Agradeceu também aos funcionários da câmara municipal que teriam andado a acompanhar o motorista da empresa que estaria a prestar o serviço, porque teriam sido céleres. Por outro lado referiu, que ainda haveria muita ação de sensibilização que seria preciso fazer, porque havia cidadãos que viam que os contentores estariam cheios e que ao lado estaria um vazio, e em vez de depositarem o lixo no contentor que estivesse vazio, continuariam a subcarregar o que já estivesse cheio e deixariam no chão os resíduos sólidos, e que se deveria ter aquilo em consideração. Mais disse que a aquisição daquela viatura se teria tornado imperativo, e daí o pedido de autorização para a realização daquele empréstimo, o qual teria o valor de € 325.000,00 (trezentos e vinte e cinco mil euros), tal como se encontraria transcrita na proposta apresentada, assim como também teriam concorrido três entidades bancárias com montantes muito díspares, em que a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Região do Fundão e Sabugal, CRL, teria apresentado um spread de 0,18%, o BPI -

Banco Português de Investimento 0,52% e a Caixa Geral de Depósitos de 0,65%. Obviamente que aquilo que teria sido solicitado seria o pedido de autorização da contratação de empréstimo, o qual teria que ser submetido à assembleia municipal para aprovação, isto depois de conhecido o relatório e de todos os procedimentos feitos. Assim o pretendido era trazer ali, o pedido de autorização para a contratação de um empréstimo de médio e longo prazo, uma vez que seria necessário adquirir uma viatura de resíduos sólidos urbanos, e também porque o município teria capacidade de endividamento, tal como estaria referido nos documentos.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, sendo que de seguida foi colocada a proposta à votação dos Senhores Deputados, tendo sido aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes.-----

-----**3.12. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 182/2022 - PCM/MANDATO 2021-2025, Adesão ao Regime de Tarifa Social previsto no Decreto-lei n.º 147/2017, de 5 de dezembro (Regime da Tarifa Social relativa à Prestação dos Serviços de Águas).**-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal perguntou, se algum dos Senhores Deputados pretendia inscrever-se para intervir naquele ponto, o que não sucedeu, pelo que passou de imediato a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para se pronunciar sobre o assunto em deliberação.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal mencionou, que aquela proposta da adesão ao regime de tarifa social estaria relacionada com o novo tarifário das águas, uma vez que o município teria tido a necessidade de alterar aquele regime tarifário no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, o qual já teria sido aprovado por unanimidade na última reunião de câmara, isto porque o anterior executivo municipal em 2017 para receber fundos comunitários, ter-se-ia comprometido em reduzir o grau de recuperação de custos igual ou superior a 90%, só que o problema é que nunca teria havido uma mexida nas tarifas da água. Salientou que Figueira de Castelo Rodrigo não teria tarifa fixa nem da água nem do saneamento nem da recolha de resíduos, mas nisto poderia não haver mal nenhum e seria sinal que não se mexeria no tarifário, o problema foi que a ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, teria aprovado candidaturas para o concelho de Figueira de Castelo Rodrigo e também através da Associação de Municípios da Cova da Beira que ultrapassariam os € 150.000,00 (cento e cinquenta mil euros), e se o tarifário não fosse alterado as verbas teriam que ser devolvidas e o município não se poderia candidatar a mais fundos comunitários através do POSEUR - Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos. Ressalvou que perante tal situação, o executivo teria decidido fazer um tarifário novo, mas para não prejudicarem muito os cidadãos propôs que fosse aplicado um regime de tarifa social, o qual viesse a aliviar os consumidores daquilo que seriam as regras impostas pela ERSAR. Também falou daquilo que teriam sido as metas e os compromissos assumidos pelo anterior executivo em reduzir o grau de cobertura de custos em 90%, tendo destacado que aquilo que estaria naquele momento em vigor com a ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, com o Ministério do Ambiente e com o Governo já não iria prorrogar mais, pois se o compromisso fosse de 90% aquilo que estaria submetido na ERSAR ao nível

das taxas, seria o de 43% no abastecimento de água quando deveria ser 90%, seria de 25% no saneamento de águas residuais quando deveria ser pelo menos de 90%, e a nível da gestão dos resíduos urbanos estaria nos 1%. Assim sendo, desde o ano de 2015 que o município estaria obrigado a alterar o tarifário, e depois com a assinatura do anterior presidente da câmara municipal do compromisso em 2017, numa carta anexa que os Senhores Deputados teriam recebido, em reduzir o grau de cobertura dos custos em 90%, teria deixado de haver margem de manobra para se poder mexer naquelas tarifas. Mais disse que aquelas tarifas iriam ser aplicadas a todos os cidadãos com complemento solidário para idosos, para aqueles que tivessem acesso ao rendimento social de inserção, ao subsídio social de desemprego, ao abano de família, à pensão social de invalidez e à pensão social de velhice. A par disso também iria ser aplicada uma taxa de coesão social a todos os utilizadores do sistema municipal, uma vez que o município estaria obrigado a aplicar as tarifas fixas e as variáveis, a aumentar os valores da água, e daí a aplicação de um tarifário social para que a fatura ao fim do mês não fosse tão pesada no bolso dos cidadãos como se fosse sem aquele regime de tarifa social. Explicou que entre aquilo que seria o consumo de água e o que os munícipes pagariam à câmara municipal, bem como o que a autarquia pagaria à empresa das Águas do Vale do Tejo, haveria um prejuízo de € 1.000.000,00 (um milhão de euros) por ano para o município, isto para além de saber que existiriam perdas de água e que também estariam atentos e a fazer esse trabalho. Realçou que com aquela tarifa social iria haver uma redução de 75%, e que se iria devolver mediante o tarifário que teria sido aprovado em reunião de câmara municipal € 800.000,00 (oitocentos mil euros) aos munícipes, e que portanto aquilo que se teria pedido aos cidadãos por imposição da lei e também porque haveria um compromisso, senão teriam que ser devolvidos € 150.000,00 (cento e cinquenta mil euros), havendo assim € 200.000,00 (duzentos mil euros) que durante um ano iriam ser repartidos por todos os figueirenses. De seguida exemplificou aquilo que iria acontecer, pois pela tarifa fixa da água para os utilizadores domésticos no tarifário que teria sido aprovado em reunião de câmara, iriam pagar € 5,00 (cinco euros), mas o montante que o município iria aplicar aos cidadãos seria apenas de € 1,25 (um euro e vinte e cinco cêntimos), sendo a câmara municipal a suportar € 3,75 (três euros e setenta e cinco cêntimos), tal como na tarifa fixa do saneamento. Quanto à tarifa fixa de resíduos seria de € 3,50 (três euros e cinquenta cêntimos), mas os cidadãos pagariam apenas € 0,88 (oitenta e oito cêntimos), e a câmara municipal iria suportar € 2,63 (dois euros e sessenta e três cêntimos). Relativamente aos utilizadores não-domésticos no 1º escalão disse, que a tarifa fixa seria de € 7,50 (sete euros e cinquenta cêntimos), e que os cidadãos apenas pagariam € 1,88 (um euro e oitenta e oito cêntimos), e que o município iria suportar € 5,63 (cinco euros e sessenta e três cêntimos), tal como na tarifa do saneamento que seria igual. Na tarifa fixa dos resíduos, aquela teria uma taxa de € 5,25 (cinco euros e vinte e cinco cêntimos), e o valor aplicável aos consumidores seria de € 1,31 (um euro e trinta e um cêntimos), tendo ficado o município a suportar € 3,94 (três euros e noventa e quatro cêntimos). Assim garantiu que aquele trabalho já deveria ter sido feito em 2017, tanto que teria havido um estudo encomendado pelo anterior executivo que teria custado € 65.000,00 (sessenta e cinco mil euros) o qual nunca teria sido aplicado, mas que teve de ser efetuado naquela altura e à força. Também disse que

pelos estudos que teriam sido realizados, a esmagadora maioria da população do concelho consumiria cerca de cinco metros cúbicos, tanto que mostrou uma fatura com as tarifas fixas ainda em vigor, em que um cidadão que presentemente pagasse € 7,01 (sete euros e um cêntimo) ficaria a pagar € 9,03 (nove euros e três cêntimos), ou seja, teria um aumento de € 2,02 (dois euros e dois cêntimos). Perante tal situação, de terem sido obrigados a aumentar as tarifas, por culpa daquilo que não teria sido feito anteriormente, o atual executivo teria decidido reduzir ao máximo as tarifas a aplicar, tendo esperança que a ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, aprovasse aquele tarifário também. Saliou que iria haver aumentos aonde os consumos fossem maiores, tais como acima dos dez metros e dos quinze metros cúbicos, uma vez que o município teria descido o valor da água em 1, 83% para os consumidores dos cinco metros cúbicos, os quais seriam a grande maioria dos consumidores, isto apesar de se terem colocado taxas fixas as quais seriam obrigatórias por lei, e em que as penalizações seriam enormes, e por isso mais valeria fazê-lo naquele momento do que se andar a devolver dinheiro, tal como iria acontecer com aquela obra que teria sido feita na Rua Engenheiro Arantes de Oliveira, em que o dinheiro teria de ser devolvido à POSEUR - Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos se não fosse aplicado aquele tarifário. Portanto pediu que fosse aprovado aquele tarifário social, para que os munícipes não saíssem tão lesados daquilo que teria sido um trabalho que não foi feito, mas que teria sido assinado e comprometido desde 2017. Referiu que o tarifário para os utilizadores não-domésticos iria aumentar, mas que não puderem descer mais porque não iria cumprir as diretivas da ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, e que por outro lado iriam ficar penalizados quem consumisse mais, só que também seria uma forma de sensibilizar para aquilo que teria de ser a gestão correta do consumo e do desperdício da água, pois quem tivesse piscinas o consumo iria disparar a partir do cinco metros cúbicos, e quem regasse jardins enormes com a água da rede pública iria senti-lo na fatura no fim do mês, mas seria uma maneira de terem mais atenção com a poupança. Ressalvou que aquele tarifário só teve a necessidade de se fazer para não ter que se devolver verbas, e o município não se poderia candidatar mais a fundos comunitários. Também disse que haveria muitos municípios a fazer o mesmo, e que alguns já teriam estado a alterar o tarifário pela segunda vez naquele ano. Para finalizar o assunto, garantiu que o município só se poderia candidatar sem ter que devolver dinheiro de 2023 em diante, que seria o que iria ser aprovado, mas a ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos o que teria pedido seria até 2022, e até aquela data não se sabia como resolver o problema, apesar de estarem a fazer a contagem do consumo de tudo o que fossem edifícios públicos e do município, mas estaria em crer que se aquela entidade visse aquele tarifário, pudesse constatar que a câmara municipal de Figueira de Castelo Rodrigo já estivesse a aplicar as tarifas que fossem de lei e poderiam vir a perdoar aquelas coimas do ano de 2022. Acrescentou ainda que tudo aquilo poderia ter sido feito de forma gradual e que as pessoas nem sequer teriam dado conta, mas que por outro lado também teria a expectativa e a esperança acima de tudo que a ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, aprovasse aquele tarifário social para que no final daquele mês os cidadãos pagassem muito menos pela sua fatura da água.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, e de seguida deu a palavra ao Senhor Deputado Municipal, Luís Pereira, após este a ter solicitado.-----

-----O Senhor Deputado Luís Pereira deixou claro ser completamente contra a tarifa social da água de qualquer forma, porque seria uma maneira do governo fazer caridade à custa dos municípios, e que com isso genericamente não poderia estar a favor. Explicou que estar a obrigar os municípios a ter de aprovar determinados tarifários à custa do orçamento municipal, para beneficiar carenciados que deveriam estar a ser apoiados pelo Instituto da Segurança Social e por outras instituições, o que por isso na sua opinião seria um princípio errado. Mais disse que o impacto seria maior do que aquele que teria sido falado anteriormente, uma vez que o universo de aplicação daquela tarifa social ser reduzido, apesar de ter destacado que no concelho fosse um pouco mais alargado, pois infelizmente existiriam mais pessoas com critérios para serem elegíveis, mas a verdade é que a água iria subir muito para toda a gente, não por culpa do atual executivo municipal mas pelos muitos anos de abandono a que a rede pública de água teria estado. Referiu que enquanto trabalhou no município, que juntamente com o engenheiro Rui Inácio teriam feito um estudo sobre as perdas de água que a rede comportaria, e que já naquela altura seriam superiores a 50%, isto é, o município estaria a comprar água e simplesmente desperdiçaria metade da água que comprava por falta de manutenção das suas redes, por diversos ilícitos e roubos de água que ocorreriam nos mais diversos pontos. Saliu também que ao chegar-se ao dia de hoje e passado tanto tempo, não por culpa do atual executivo, mas pelos executivos anteriores independentemente das cores deles, os consumidores presentemente iriam pagar mais água porque os custos de recuperação seriam muito elevados no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo porque a rede era ineficiente. Na sua opinião aquelas assimetrias pagavam-se, pois se fossemos para concelhos onde a rede era eficiente como seria o caso do concelho do Porto a água era super barata, isto porque o custo de cobertura seria baixo e as entidades gestoras nesses locais mesmo que praticassem valores baixos acabariam por ter lucros muito elevados, agora em concelhos como aquele em que nos encontraríamos, em que a rede teria sido abandonada durante anos, acaba-se por pagar um valor muito caro ao nível do preço da água para que se conseguisse resolver um problema, isto quando se deveria ter investido na rede nos últimos anos para que se pagasse menos água. Destacou ainda que teria alertado para aquela situação no passado, mas que teria sido ignorado pelo anterior presidente da câmara, e como tal todos iriam pagar mais pela água no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Deputado Luís Pereira, e de seguida deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, após este a ter pedido.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal aproveitou para dizer, que era verdade que o preço da água iria subir, mas que os resíduos ainda subiriam mais, uma vez que haveria uma previsão para uma subida de 23%, o que iria deixar os municípios à beira da rotura financeira. Assim o problema da água em Figueira de Castelo Rodrigo seria de perdas, onde o município já teria começado a investir mas também na falta de recursos humanos, mas ressaltou que a água que o consumidor pagava não seria cara, agora

aquilo que não haveria no concelho seria a tarifa fixa da água, dos resíduos e do saneamento que o município seria obrigado a ter e que não teria. Portanto referiu que discordaria do Senhor Deputado Luís Pereira, porque enquanto o município pudesse ajudar de alguma forma ajudaria, mesmo que isso implicasse estar a financiar e a aliviar o governo, só que os cidadãos do concelho não poderiam pagar pelos erros de políticos que não cumprissem aquilo que assinassem, e que isso nunca iria permitir. Sublinhou que as perdas que seriam de € 1.000.000,00 (um milhão de euros), teriam passado para os € 800.000,00 (oitocentos mil de euros), mas que não poderia estar a sobcarregar as pessoas do concelho, porque o anterior presidente da câmara teria assinado uma declaração de compromisso junto da entidade reguladora em recuperar 90% os custos, só que até aquele momento e tendo passado todos aqueles anos, apesar de se ter gasto €65.000,00 (sessenta e cinco mil euros) num estudo, nunca o teria aplicado nem mudado o tarifário. Disse então que aquela seria a verdade, e que num futuro próximo com mais eficiência e sabendo onde estivessem as fugas fazendo um controle, se pudesse aplicar aquilo que defenderia o Senhor Deputado, que no fundo seria aquilo que já estaria a ser feito, pois já teriam sido detetados roubos de água em muitos sítios, e como tal essa injustiça teria sido reposta e as pessoas estariam a pagar, algumas não estariam a pagar tudo, mas como estaria previsto no regulamento poderiam pagar em prestações. Ressalvou que todas as pessoas teriam que ser tratadas por igual e não como aconteceria anteriormente, porque quando os funcionários da câmara municipal iam pedir que efetuassem os pagamentos dos montantes que tivessem em dívida, diziam que tinham tido autorização do executivo e que por isso faziam ali um bypass. A resposta que foi dada a isso é que se o faziam teriam que o deixar de fazer, uma vez que as contas se encontrariam para pagar e que teriam que ser pagas, tal como o município e grande parte da população as pagaria. Assim sendo aquele é que seria o problema, resolver aquilo que não teria sido resolvido e passar a resolver, mesmo havendo prejuízo para o município mas que se aliviassem os cidadãos do concelho, porque também se teria que ter em atenção o tempo de dificuldades que se estaria a viver, pois como se não tivesse bastado o período da pandemia que os teria debilitado financeiramente, atualmente a guerra, com a inflação, o aumento do cabaz alimentar bem como com o aumento de energia, seria estar a sufocar os cidadãos se não se aplicasse aquela tarifa social. Mais disse que quando o nosso concelho estivesse ao nível do Porto, também seríamos a segunda maior cidade do país, e aquela que teria o segundo maior orçamento a nível nacional, enquanto o nosso concelho teria um mísero orçamento, e que por isso naquele momento teria que ser assim, mas que no futuro pretendia equilibrar as contas ao nível da água. Para já teria pedido que aprovassem aquele tarifário social, em nome daquilo que seria a honra do município e de um compromisso que teria sido feito pelo anterior presidente da câmara e executivo.-

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, sendo que de seguida foi colocada a proposta à votação dos Senhores Deputados, tendo sido aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes.-----

-----**3.13. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 175/2022 - PCM/MANDATO 2021-2025, Mapa de Pessoal para 2023.**-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal abriu a proposta à discussão dos Senhores Deputados, não tendo havido qualquer inscrição para discussão, pelo que passou de imediato a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para se pronunciar sobre o assunto em questão.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal explicou que junto com a proposta de orçamento teria de vir todos os anos o mapa de pessoal. Mencionou que a grande mudança se prenderia com o número de trabalhadores, uma vez que em dezassete de outubro de dois mil e vinte e um, ou seja, na altura que aquele executivo teria tomado posse existiriam cento e setenta e sete trabalhadores, e que naquele momento haveria apenas cento e setenta e um, juntando-lhe os quarenta e cinco que seria o pessoal não docente da Escola Secundária de Figueira de Castelo Rodrigo, o que perfaria os duzentos e dezasseis trabalhadores. Também referiu que como se saberia a câmara municipal teria lacunas em várias áreas, as quais já existiriam no passado e continuaria a ter em áreas que seriam necessárias numa autarquia. Por isso e com aquilo disse, que não significaria que todas as vagas tivessem que ser ocupadas, uma vez que o mapa de pessoal e o orçamento seriam previsionais e que poderiam vir a ser alterados a qualquer momento. Assim aquilo que estaria previsto, seria ocupar mais trinta e cinco postos de trabalho, sendo certo que já teriam saído em mobilidade e para a reforma oito pessoas só naquele ano, as quais precisariam de se repor. De seguida terá dado alguns exemplos dos recursos humanos que seriam necessários na câmara municipal de Figueira de Castelo Rodrigo, tais como coveiros, trabalhadores para a limpeza urbana, calceteiros, bem como auxiliares de limpeza geral para a limpeza de edifícios, uma vez que existiriam mais equipamentos, mas também seriam precisos técnicos nas áreas da contratação pública, do direito, da economia e da gestão, isto porque nenhum executivo conseguiria ter o mesmo proveito e desenvolver o concelho se não tivesse um bom quadro técnico. Como tal evidenciou que seria necessário ajustar o quadro à realidade atual, isto porque teriam sido atribuídas mais competências quer na área da educação, quer na da ação social e quer ainda noutras que pudessem advir para o município, e daí ter havido a necessidade de se preparar o mapa de pessoal para todas aquelas exigências. Para além daquilo, disse que também já estariam incluídos naquele mapa de pessoal os funcionários que iriam receber o subsídio de insalubridade e penosidade, os quais estariam a ser pagos pelo máximo. Afirmou ainda que o documento apresentado seria aquele, mas que era apenas previsual, e assim sendo poderia vir a ser alterado em qualquer altura, bem como os postos de trabalho que tivessem sido criados viessem a ser todos ocupados, pois se houvesse alguém que quisesse mudar de vida e pretendesse uma mobilidade e se fizesse falta essa área, teria que ir novamente à assembleia municipal aquele mapa de pessoal para ser alterado. Na sua opinião, uma câmara municipal para ter eficácia e ser eficiente teria que ter bons recursos humanos, e seria isso que se iria selecionar, uma vez que as provas iriam ter exigência para se poder escolher os melhores, porque nem todos seriam superdotados para terem vinte valores, como alguns teriam tido ali no passado.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, sendo que de seguida foi colocada a proposta à votação dos Senhores

Deputados, tendo sido aprovada por maioria dos votos dos membros presentes, com dezoito votos a favor da Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Sandra Monique Beato Pereira, da Senhora Primeira Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Mónica Isabel da Costa Marques, do Senhor Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Rui Miguel Marques Inácio, da Senhora Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Algodres, Vale de Afonsinho e Vilar de Amargo, Ana Isabel Saraiva Marques, da Senhora Deputada Municipal, Ana Filipa Gomes Paiva Ribeiro, da Senhora Deputada Municipal, Anabela Saraiva Pinto Coelho, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vermiosa, António Júlio Morgado Rebelo, do Senhor Deputado Municipal, Bruno Miguel Aguilár Silva, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Freixeda do Torrão, Quintã de Pero Martins e Penha de Águia, Carlos Alexandre Canotilho Coelho, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mata de Lobos, João Ricardo Sousa Almeida, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Figueira de Castelo Rodrigo, José Manuel Lourenço Ferreira, do Senhor Deputado Municipal, Luís Ricardo Beato Pereira, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Escalhão, Mário Francisco Macias Pinto, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Almofala e Escarigo, Nuno João Pimentel Janeiro, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Colmeal e Vilar Torpim, Nuno Miguel Ferreira Garcia Seixas, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cinco Vilas e Reigada, Nuno Miguel Marques Guerra, da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Rodrigo, Olga Cristina Russo dos Santos e da Senhora Deputada Municipal, Patrícia Daniela Gouveia Ferreira, e com cinco votos de abstenção da Senhora Deputada Municipal, Cristiana Amélia Nunes Mendes, da Senhora Deputada Municipal, Daniela Marisa Panta Nunes Montes, do Senhor Deputado Municipal, Henrique Manuel Ferreira da Silva, do Senhor Deputado Municipal, João Pedro Ruas Quadrado e da Senhora Deputada Municipal, Zélia Emília Salvado da Costa Morgado, não tendo participado na votação o Senhor Deputado Municipal, António Manuel Gomes Pereira, por não ter estado presente no momento da votação.-----

-----**3.14. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 176/2022 - PCM/MANDATO 2021-2025, Instrumentos Previsionais para 2023 - Grandes Opções do Plano e Proposta de Orçamento.**-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal abriu a proposta à discussão dos Senhores Deputados, não tendo havido qualquer inscrição para discussão, pelo que passou de imediato a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para se pronunciar sobre o assunto em deliberação.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal iniciou a sua intervenção dizendo que aquela proposta seria a mais importante de todos os anos de um mandato, que seria o Orçamento e as Grandes Opções do Plano. Mais disse que aquele orçamento teria sido elaborado num período de grande instabilidade e imprevisibilidade, podendo ser alterado quando fosse necessário e adaptando-se às reais necessidades dos figueirenses. Referiu que se o orçamento fosse feito naquele momento já não se faria igual, isto porque os problemas financeiros das famílias e das empresas ter-se-iam agravado. Também garantiu que poderia estar ali a falar durante muito tempo sobre o orçamento, mas que estaria mais interessado em responder a questões colocadas pelas Senhoras e Senhores Deputados do que estar a explicar

aquele orçamento todo, isto porque tal como já o teria dito anteriormente, os orçamentos para quem governasse seria o melhor e para quem estivesse na oposição, se não fosse o pior também não seria o melhor, e que por isso é que votavam sempre contra ou se abstinham. Também disse que os Vereadores do Partido Socialista na câmara municipal nem sequer teriam dado um voto de confiança, uma vez que votaram logo contra aquilo que seria uma estratégia de desenvolvimento e de dar o melhor às pessoas de Figueira de Castelo Rodrigo, mas que até teria achado isso positivo, porque seria sinal de que as políticas eram diferentes na questão do orçamento, em que as prioridades políticas de quem governava não seriam as mesmas de quem estaria na oposição, e que quanto a isso teriam ficado esclarecidos. Portanto o orçamento seria apenas um documento de previsão, em que se previa gastar ou investir naquela área ou na outra mas que em qualquer momento poderia vir a ser alterado, o que na sua opinião iria acontecer nas trezentas e oito câmaras municipais existente no País, porque infelizmente a crise iria-se acentuar e quem teria que acudir mais uma vez aos cidadãos seriam as autarquias e não a Administração Central e o Governo. Portanto, o executivo mesmo prevendo aquela situação na altura em que teria feito o orçamento, porque segundo a lei que estaria em vigor, os orçamentos atualmente teriam que ser aprovados até novembro e não em dezembro, o que equivaleria que ficassem à espera que se realizasse uma assembleia municipal no mês de dezembro para poderem ser aplicados, só que nesse entretanto as situações iam-se alterando. Reforçou a ideia de que aquilo que teria sido a vontade de fazer, de realizar e de conseguir naquele primeiro ano de mandato, seria a mesma ou ainda mais do que aquela que iriam ter naquele segundo ano e no decorrer de dois mil e vinte e três. Destacou também que o orçamento iria ser maior, pois teria passado de € 14.157.435,00 (catorze milhões cento e cinquenta e sete mil quatrocentos e trinta e cinco euros) para € 15.774.218,00 (quinze milhões setecentos e setenta e quatro mil duzentos e dezoito euros), isto porque em primeiro lugar teria havido um aumento da transferência do orçamento de estado em mais de € 500.000,00 (quinhentos mil euros) para a câmara municipal, e depois o município também já teria projetos aprovados a fundos comunitários, mas não ao PRR - Plano de Recuperação e Resiliência, pois aí não teriam nenhum projeto nem conhecimento de que alguma câmara municipal tivesse apresentado algum, mas que muito provavelmente para as cheias que teriam ocorrido em Lisboa fosse algum dinheiro, isto quando teria havido tanta gente no concelho que tivesse ficado com os muros caídos, e as estradas pelos vários municípios que teriam ficado cheias de buracos e que estariam a ser tapados não iriam receber nada, mas que porventura para Lisboa e para TAP poderia ser que fosse algum dinheiro do PRR - Plano de Recuperação e Resiliência. De seguida explicou, que o orçamento que a câmara municipal de Figueira de Castelo Rodrigo dispunha no montante de cerca de € 15.000.000,00 (quinhentos milhões de euros), a sua maior fatia iria ser distribuído nos gastos com pessoal, isto porque para além daquilo que seria o aumento com o custo de mais quarenta e cinco funcionários, haveria também o aumento salarial que o governo teria decidido, assim como o aumento do subsídio de penosidade e insalubridade que a câmara municipal estaria a conceder aos funcionários que estivessem a fazer trabalhos que pudessem prejudicar a saúde, ou que pelo menos estaria assim identificado, e que por isso as despesas com pessoal de € 3.577.080,00 (três milhões quinhentos e setenta mil e oitenta euros), iria passar para € 4.730.103,00 (quatro milhões

setecentos e trinta mil cento e três euros), tendo falado depois na aquisição de bens e serviços. Salientou que no quadro das Grandes Opções do Plano se poderia verificar que o orçamento seria equilibrado, quer fosse na Administração Geral onde estaria o maior bolo e se incluiria o pessoal, a água e a luz pública, o combustível e a energia com os devidos aumentos e iguais aos das empresas e das famílias. A par disso para o ensino não superior, ou seja, a verba que estaria estabelecida para a comunidade escolar seria de € 1.636.805,00 (um milhão seiscentos e trinta e seis mil oitocentos e cinco euros), para os serviços de saúde, onde não se incluiria o Cartão de Saúde Municipal pois estaria noutra área, seria de € 128.550,00 (cento e vinte e oito mil quinhentos e cinquenta euros). Quanto à área da ação social seriam mais de € 700.000,00 (setecentos mil euros), mas teria a suspeita de que iria ser necessário investir mais. Mais disse que até aquele momento a câmara municipal já teria investido quase € 100.000,00 (cem mil euros) de ajudas diretas à população que realmente necessitaria, e não através do Apoio ao Idoso pois isso não seria um apoio, nem com bases de chuveiro, mas com apoio real quer fossem em obras nas habitações que precisassem, quer também nos medicamentos, como ainda recentemente teriam adquirido um aparelho auditivo para uma criança em que os familiares não teriam possibilidades de o adquirir. Esclareceu que o apoio social seria atribuído após uma avaliação feita pelas técnicas a pessoas que realmente necessitassem. Depois falou na agricultura, que tal como teria sido prometido, iria ser criado um Gabinete do Agricultor, em que se abriria um concurso para alguém especializado naquela área, no sentido de dar apoio aos agricultores do concelho, quer fosse na forma de se poderem candidatar a fundos comunitários quer como poderiam ter acesso a subsídios, bem como relativamente ao turismo também existiriam verbas que poderiam fazer face aquilo que seriam as necessidades. De seguida pronunciou-se relativamente às obras, designadamente quanto aquelas que teriam encontrado por terminar e que já estariam concluídas e a serem usufruídas pela população como seria o caso das Piscinas Municipais Cobertas e do Centro Interpretativo da Batalha de Castelo Rodrigo, e de outras que não estariam, mas terá dado exemplos daquilo que iria acontecer em dois mil e vinte e três, tais como o projeto do Parque de Lazer da Barragem de Santa Maria de Aguiar, bem como o da reabilitação das artérias da Avenida Doutor Francisco Sá Carneiro com a Avenida 25 de Abril, em conjunto com o ajardinado que lá se encontraria. Referiu também que os projetistas teriam cento e oitenta dias para terminar o projeto do Parque de Lazer da Barragem de Santa Maria de Aguiar, uma vez que o Ministério da Agricultura só estaria à espera disso, para depois se poder candidatar a obra. Por outro lado iriam juntar a Feira Agrícola Transfronteiriça, porque naquele ano teriam que direcionar as verbas mais para a área social com as Festas da Vila, onde haveria exposição de gado, mostra de maquinaria agrícola e de produtos endógenos, tentando valorizar assim os agricultores e o território. Salientou que se iriam dar os primeiros passos para se construir a Praia Fluvial da Barragem de Santa Maria de Aguiar, bem como se pretenderia requalificar o Miradouro da Marofa com a criação de uma varanda toda espelhada, onde se ficaria com uma vista brutal daquilo que seria o nosso território, mas também o Miradouro do Alto da Sapinha, no sentido de se vir a potenciar o turismo. Acrescentou ainda que se iria requalificar o passeio ribeirinho de Barca d' Alva o qual estaria uma vergonha, o Posto de Turismo de Barca d' Alva que iria ser a porta de entrada do Douro e Águeda, e

também criar-se um parque de estacionamento para autocarros e caravanas. Ainda se pretendia concluir a rota das Adegas e dos Lagares de Azeite, uma vez que seria um ativo importante para que as pessoas se mantivessem mais tempo no concelho, dando assim esse contributo ao turismo. Ressalvou que não teria sido possível realizar o Festival Gastronómico no Pavilhão dos Desportos porque chovia lá dentro e como tal iria ser beneficiado, bem como a Casa da Cultura. Explicou que se conseguisse fazer a reparação necessária do Pavilhão dos Desportos haveria a possibilidade de se realizar um bom Festival Gastronómico, o qual iria ser o orgulho de Figueira de Castelo Rodrigo, mas que naquele momento seria impensável, uma vez que não iriam estar as pessoas a comer e a andarem naquele espaço e a água estar a cair o que seria uma vergonha, tal como aconteceria com as crianças que teriam que andar de um lado para o outro com os baldes e não conseguirem fazer as suas atividades. Era certo que durante oito anos não teria havido manutenção nenhuma naquele equipamento senão não choveria lá, mas a verdade é que já no tempo do executivo do PSD - Partido Social Democrata teria começado a chover, só que tinha passado aquele tempo todo e ninguém teria resolvido o problema, tal como viria a suceder na Casa da Cultura, em que o telhado não teria sido limpo e existiriam brechas que fariam com que entrasse água na máquina do cinema, o que seria também uma prioridade para o próximo ano. Obviamente que se iria continuar com a recriação Histórica da Batalha de Castelo Rodrigo, mas também com o roteiro da música, valorizando o património pelas freguesias do concelho, em parceria com a Associação de Municípios do Douro Superior, assim como a Academia Sénior também iria continuar em pleno funcionamento. Quanto ao Centro Escolar disse que o projeto iria ser adaptado, no sentido do município se poder candidatar já em dois mil e vinte e três ao Portugal 2030, pois ter-se-ia que estar preparado uma vez que aquele equipamento teria ficado para trás, e como tal o concelho de Figueira de Castelo Rodrigo teria perdido € 800.000,00 (oitocentos mil euros). Mencionou que iria ser implementado com o Agrupamento de Escolas o orçamento participativo jovem "Tu decides". Referiu também que ao nível da saúde iriam continuar as operações às cataratas, o serviço do Cartão de Saúde, a comemoração do Dia dos Idosos, a realização de festas e o seu acompanhamento. Por outro lado iria ser reabilitado o Canil Municipal, tanto que já teria sido entregue a obra, a qual haveria sido ganha por uma empresa da terra, a Viverina, Lda. - Engenharia e Construções, uma vez que o Canil já se encontraria ao abandono há muito tempo, bem como os arranjos exteriores do Centro de Apoio e Acolhimento Empresarial e a resolução do problema elétrico, pois a EDP já teria arranjado uma solução. Quanto à rotunda da Marofa, por imposição da IP - Infraestruturas de Portugal, teria que se reformular novamente a sinalética por ser considerado um cruzamento muito perigoso, e a haver uma obra teria que existir uma sinalética especial, mas o previsto era que começasse dentro em breve e posteriormente fazer-se a requalificação daquele espaço verde. O projeto da Pedovia entre Figueira de Castelo Rodrigo e o Convento de Santa Maria de Aguiar também iria ser iniciado. A nível do ambiente iriam existir dois projetos muito importantes a executar, em que um seria o da Estação Elevatória de Águas Residuais no ribeiro das Alagoas em Figueira de Castelo Rodrigo, uma vez que os esgotos estariam a correr a céu aberto, e o outro passaria pela Estação de Tratamento de Águas Residuais na Zona Industrial, pois todas as águas do saneamento saídas das empresas e indústrias lá existentes, estariam a ir a céu aberto para um ribeiro cujo terreno seria

propriedade da câmara municipal, e que aquele cheiro que tantas vezes e injustamente culpavam os Lacticínios da Marofa que seria de lá não seria verdade, tanto que já teria havido uma sentença em que o município se não fizesse aquela obra no prazo estipulado teria que pagar € 2.000.000,00 (dois milhões de euros). O problema é que se tinha tido um ano para se realizar e nada foi feito, e como tal esperava que não fosse obrigado a pagar, uma vez que já teria o projeto praticamente concluído. Mais destacou ainda que o problema já viria desde a construção da Zona Industrial, só que nenhum presidente da câmara o teria resolvido, mas que daria a sua palavra em como o iria fazer muito em breve, até porque a câmara municipal não pretenderia pagar o montante estipulado pelo tribunal. Saliou que quanto à revisão do Plano Diretor Municipal já se iria realizar a primeira reunião obrigatória no final de janeiro, também no sentido de que o município não saísse prejudicado nos fundos comunitários. Por outro lado já teria sido feito uma sessão pública para que todos os cidadãos pudessem dar contributos, como para onde queriam alargar os perímetros urbanos, onde se poderia ou não construir, assim como as reservas agrícolas e as ecológicas. Referiu ainda que os técnicos iriam falar novamente com os Presidentes de Junta algumas situações, as quais seria naquele momento que teriam que ser resolvidas. Para concluir disse que aquele orçamento para 2023 seria realista, rigoroso e de responsabilidade e, que quando falou de responsabilidade estaria a referir-se ao facto de se aquele documento não servisse à população, que teria a humildade de no mês de abril de o alterar, isto porque as pessoas estariam a passar por dificuldades, e que portanto poderia vir a canalizar muito do dinheiro que estivesse destinado para obras, para aquilo que fosse o apoio social, às empresas e ao comércio da terra. De seguida e para terminar a sua intervenção, passou a explicar, tendo mostrado algum respeito por aquela assembleia, mas também pelas Senhoras e Senhores Deputados, ao pedir-lhes a sua opinião sobre dois projetos que já estariam prontos e que iriam nascer no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, para atrair mais gente ao território e dar melhor qualidade de vida aos figueirenses, que seria uma Praia Fluvial na Barragem de Santa Maria de Aguiar, em que iria ser um calvário a sua legalização com o ICNF- Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, a APA - Associação Portuguesa do Ambiente, e com todas as entidades que mandariam no território menos a câmara municipal e da requalificação do espaço verde entre a Avenida Doutor Francisco Sá Carneiro com a Avenida 25 de Abril. Assim para aquela área ter-se-ia aproveitado, uma escultura de um cidadão do concelho que já estaria contratada, apesar de nunca se ter explicado para que iria servir, mas que não teria sido paga já há mais de dois anos, e na parede da Casa Agrícola ficaria com um espelho de água e o tornado igual, tudo com lâmpadas Led e seria todo fluível. Quanto à água não iria ser desperdiçada porque seria a mesma que iria para o repuxo, pelo que se manteria e teria tratamento. Para além disso iria ter um elétrico identificativo a dizer Figueira de Castelo Rodrigo, e no meio ficaria a tal escultura do tornado feiticeiro. Na sua opinião pensava, que a solução arranjada iria ficar um local aprazível para quem entrasse em Figueira de Castelo Rodrigo, com luminosidade e também com uma zona verde no meio daquela estrutura. Mais disse que a parte onde diria terra de lendas seria para sair, uma vez que todas elas o seriam e não era só Figueira de Castelo Rodrigo. Quanto ao projeto do Parque da Barragem de Santa Maria de Aguiar, o qual apesar de ser designado assim iria ser uma Praia Fluvial.

Explicou que a entrada da Barragem iria ficar toda calçetada, com um paredão e areia. Também haveria um parque de caravanas, um equipamento para crianças e de apoio, uns miradouros todos construídos em madeira, um pequeno bar e uma estrutura flutuante para que no fundo viesse a ser uma piscina na Barragem de Santa Maria de Aguiar, mas que tudo estaria enquadrado com a paisagem. Mais disse que teriam sido aconselhados para que tudo aquilo se fizesse logo à entrada, por causa das questões ambientais assim como todos os materiais escolhidos também estariam devidamente ajustados. Claro que o município iria travar uma luta naquele projeto, uma vez que aquela área fazia parte do Parque Natural do Douro Internacional onde existiriam ali umas exigências terríveis, e que aquilo que lhe iria ser dito por parte daquela entidade é que não se oporia, desde que, fossem cumpridos todos os materiais e as questões ambientais. Disse ainda que iria até ao limite, porque se o município pertencia ao Parque Natural do Douro Internacional que fosse para desenvolvimento e não para tolhimento, pois senão acabaria com a congestão e no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo mais ninguém iria contribuir com nada, mas se tivessem pela positiva o município lá estaria também para ter o Parque de Lazer e não Praia Fluvial tal como teria sido aconselhado por aquela entidade. Quanto às análises da água referiu que já teriam sido monitorizadas pelo anterior executivo durante um ano, e a qualidade da água seria boa mas que se teriam que continuar a monitorizar. Mencionou que o concelho iria ficar com um espaço de lazer, o qual pretendia dar mais qualidade de vida a quem fosse residente mas também para quem visitasse o território, pois seria um pólo de atração para o concelho. Assim sendo e para quem não acreditasse na execução daquele projeto deu como exemplo a Barragem do Caldeirão, que teria uma estrutura idêntica aquela que se pretendia realizar no concelho, a qual teria dado trabalho a executar mas que estaria lá. Obviamente que o local seria diferente do da Barragem de Santa Maria de Aguiar, uma vez que seria para consumo humano e estaria na Serra da Estrela, mas a pessoa que a teria feito aprovar seria a mesma para a Barragem de Santa Maria de Aguiar, o engenheiro Pedro Almeida. Sublinhou que se teria que ir para a frente e que não existiriam impossíveis, porque desde criança que teria ouvido dizer que seria preciso uma Praia Fluvial em Figueira de Castelo Rodrigo, e como tal o projeto já estaria feito e pago, o arquiteto era do concelho e também esperava que quem ganhasse a obra também fosse, pois assim ficariam todos a ganhar. Garantiu ainda que iria travar a maior luta com as entidades que quisessem travar aquele Parque Temático na Barragem de Santa Maria de Aguiar, uma vez que a câmara municipal estaria a fazer tudo em sintonia com essas instituições, tanto que primeiro estaria projetado para ser mais para a frente e que teriam sido aconselhados a recuar e ser logo no início o que teriam feito. Mais disse que iria ser corrido o caminho das pedras, pois aquele seria um dos projetos que estaria em andamento para que depois se pudesse lançar a obra, isto depois de ter passado por todas as entidades que teriam que percorrer. Realçou também que quando disse aquilo sobre o Parque Natural do Douro Internacional era verdade, porque na última reunião realizada a nível da congestão com aquela instituição, teria dito que não poderiam estar de costas voltadas nem para as populações nem ser um fator de tolhimento, mas que em contrapartida fossem ao encontro das populações de Almofala e de Escalhão, em que a Junta de Freguesia de Escalhão teria sido multada ainda há pouco tempo, e o montante a pagar seria mais de € 12.000,00 (doze mil euros), isto porque estariam a tirar saibres de um sítio

de onde sempre o teriam tirado mas que atualmente seria para multar. Salientou que teria feito aquela proposta de se aproximarem às populações, porque aquilo que teriam para dar aos concelhos seriam apenas umas candidaturas também ao POSEUR – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, as quais dariam uma ninharia a cada município, mas que depois e felizmente com o apoio do Presidente da Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta, o qual se moveria bem nos meandros do Partido Socialista e que teria feito força, em que os dois teriam conseguido que pelo menos tivessem vindo €100.000,00 (cem mil euros) para cada concelho, com o objetivo de se fazer uma receção do Parque Natural do Douro Internacional. Declarou ainda que relativamente ao projeto apresentado do Parque de Lazer da Barragem de Santa Maria de Aguiar não haveria de mudar muito, tal como teria acontecido no projeto da Barragem do Caldeirão. Quanto ao orçamento disse, que estaria à disposição de todos os membros da assembleia municipal presentes para responder às questões que fossem colocadas.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, sendo que de seguida foi colocada a proposta à votação dos Senhores Deputados, tendo sido aprovada por maioria dos votos dos membros presentes, com dezoito votos a favor da Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Sandra Monique Beato Pereira, da Senhora Primeira Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Mónica Isabel da Costa Marques, do Senhor Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Rui Miguel Marques Inácio, da Senhora Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Algodres, Vale de Afonsinho e Vilar de Amargo, Ana Isabel Saraiva Marques, da Senhora Deputada Municipal, Ana Filipa Gomes Paiva Ribeiro, da Senhora Deputada Municipal, Anabela Saraiva Pinto Coelho, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vermiosa, António Júlio Morgado Rebelo, do Senhor Deputado Municipal, Bruno Miguel Aguilar Silva, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Freixeda do Torrão, Quintã de Pero Martins e Penha de Águia, Carlos Alexandre Canotilho Coelho, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mata de Lobos, João Ricardo Sousa Almeida, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Figueira de Castelo Rodrigo, José Manuel Lourenço Ferreira, do Senhor Deputado Municipal, Luís Ricardo Beato Pereira, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Escalhão, Mário Francisco Macias Pinto, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Almofala e Escarigo, Nuno João Pimentel Janeiro, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Colmeal e Vilar Torpim, Nuno Miguel Ferreira Garcia Seixas, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cinco Vilas e Reigada, Nuno Miguel Marques Guerra, da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Rodrigo, Olga Cristina Russo dos Santos e da Senhora Deputada Municipal, Patrícia Daniela Gouveia Ferreira, com um voto de abstenção da Senhora Deputada Municipal, Zélia Emília Salvado da Costa Morgado, e com quatro votos contra da Senhora Deputada Municipal, Cristiana Amélia Nunes Mendes, da Senhora Deputada Municipal, Daniela Marisa Panta Nunes Montes, do Senhor Deputado Municipal, Henrique Manuel Ferreira da Silva e do Senhor Deputado Municipal, João Pedro Ruas Quadrado não tendo participado na votação o Senhor Deputado Municipal, António Manuel Gomes Pereira, por não ter estado presente no momento da votação.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de seguida deu a palavra ao Senhor Deputado Henrique Manuel Ferreira da Silva que fez a sua intervenção, a qual se passa na íntegra neste documento por ter sido entregue à mesa:-----

-----"Senhora Presidente da Assembleia Municipal-----

-----Senhores membros da Mesa-----

-----Senhor Presidente da Câmara-----

-----Senhora Vereadora-----

-----Senhores Deputados-----

-----Vou apenas fazer uma declaração de voto, tendo em conta que o Senhor Presidente da Câmara ou o executivo apresentaram o orçamento, que no entender dos Senhores Deputados Municipais do Partido Socialista devia contemplar mais o social, pois a verba apesar de ser significativa poderia não vir a ser suficiente, tal como teria dito o Senhor Presidente da Câmara.-----

-----Gostaríamos de ver também mais contemplados o incentivo ao investimento privado, à criação de emprego e à fixação de jovens.-----

-----Também e tendo em conta as intervenções que iriam ser feitas no âmbito da promoção e da requalificação do turismo, parecia efetivamente pouca a verba consignada.-----

-----Por outro lado o facto das rubricas vários ou outros somadas darem mais de € 2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil euros).-----

-----Assim sendo, dizer que por estes motivos os Deputados do Partido Socialista teriam votado contra."---

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Deputado Henrique Silva, e de seguida deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, após este a ter solicitado.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal, de imediato respondeu ao Senhor Deputado Henrique Silva, dizendo-lhe que teria sido bem claro ao afirmar que o orçamento era previsionar, mas que também conseguia compreender que quando se estava contra estava-se sempre contra. Também disse ao Senhor Deputado, que era uma pena que não se lembrasse daquilo que teria sido a sua responsabilidade na câmara municipal no anterior executivo, e que quanto ao apoio social a que se havia referido, o atual executivo teria mantido o Seguro de Saúde Municipal, o apoio aos cidadãos nas operações às cataratas, a recuperação de casas propriedade do município que se encontrariam em muito mau estado de conservação. Para além disso, o executivo estaria a utilizar o apoio social para quem precisasse e que não andariam a iludir as pessoas, porque se cumprissem as regras o apoio social seria atribuído. Quanto ao apoio dado pelo anterior executivo, os documentos existentes poderiam mostrar que se baseavam fundamentalmente no Apoio ao Idoso, o qual teria violado todas as regras presentes no regulamento. Destacou ainda que a responsabilidade da Senhora Vereadora afeta aquela área, do Senhor Vice-Presidente e do Senhor Presidente da Câmara seria, onde houvesse um justo necessitado no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo estariam lá para o poder ajudar, uma vez que respeitariam quem tivesse necessidade e que não iludiriam ninguém, nem iriam prometer aquilo que não conseguissem cumprir. Disse ainda que gostaria que as dez casas propriedade da câmara municipal,

tivessem sido no mínimo reabilitadas nos executivos do Partido Socialista, mas que quando quisessem as poderiam ir visitar e constatar as situações em que as pessoas estariam a viver. Na sua opinião quando se falasse de apoio social, seria para ser feito e não para ser mostrado, nem para ser realizado a troco de votos, pois naquelas situações haveria coerência e verdadeiro apoio social. Quanto ao turismo iriam continuar com o seu apoio, porque aquilo que porventura se teria feito mais no anterior executivo teria sido a animação em Castelo Rodrigo com figurantes, era verdade, mas que lá haveriam de chegar, uma vez que não poderiam ter feito tudo num ano. Também acrescentou que aquilo que teriam sido os números do turismo de Barca d' Alva, e aquilo que seriam os números do turismo em Castelo Rodrigo, os quais iriam ser dados a conhecer na semana seguinte no Posto de Turismo de Castelo Rodrigo é que teria havido um aumento de turistas naquele ano. Nesse sentido salientou que aquilo que fosse necessário fazer para o turismo, para a ação social, para a educação e para o ambiente o iriam fazer, porque quando foram eleitos teria sido com o objetivo de trabalhar e de fazer com seriedade uma vez que sentiam aquele território, mas também porque queriam fazer Figueira avançar.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, e de seguida deu a palavra ao Senhor Deputado Henrique Silva, após este a ter pedido.-----

-----O Senhor Deputado Henrique Silva deixou claro que aquela intervenção seria em defesa da honra, porque a insinuação feita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal ao dizer que teriam vindo com seriedade, não estaria a acusar o anterior executivo de não ter usado seriedade nas funções que teria desempenhado, pois para tanto já teriam sido sufragados e daí o atual executivo ter ganho as eleições.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Deputado Henrique Silva, e de seguida deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, após este a ter solicitado.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal dirigiu-se de imediato à Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, tendo perguntado se teria ofendido a honra de alguém, pois na sua opinião não teria ofendido a honra de ninguém.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal respondeu ao Senhor Presidente da Câmara Municipal dizendo que não, mas que teria sido apenas um direito de resposta por parte do Senhor Deputado Henrique Silva, tendo de seguida passado para o ponto seguinte da ordem de trabalhos.-----

-----**3.15. Propostas para conhecimento da Assembleia Municipal**-----

-----**Proposta n.º 149/2022 - PCM/MANDATO 2021-2025**, Atribuição de apoio financeiro à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários Figueirenses – Aprovação da minuta do contrato-programa.-----

-----**Proposta n.º 153/2022 - PCM/MANDATO 2021-2025**, Adenda - Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular no 1.º CEB e Atividades de Animação e Apoio À Família na Educação Pré-Escolar e no 1.º CEB – Ano Letivo 2022/2023 – Acordo de Colaboração.-----

-----**Proposta n.º 154/2022 - PCM/MANDATO 2021-2025**, Proposta de normas de funcionamento da Equipa para a Igualdade na Vida Local.-----

-----**Proposta n.º 177/2022 - PCM/MANDATO 2021-2025**, Resolução do Contrato de Subconcessão do Uso Privativo dos Imóveis e Terreno Envolvente da Estação Ferroviária de Barca de Alva.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu conhecimento e abriu as propostas à discussão dos Senhores Deputados, as quais já teriam sido faladas durante as sessões da assembleia municipal, não tendo havido qualquer inscrição para a discussão das mesmas.-----

-----De seguida, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia demonstrou ao executivo municipal em funções, o seu reconhecimento pelo trabalho desenvolvido naquele primeiro ano de mandato, que apesar de todas as contrariedades encontradas, em que o Senhor Presidente da Câmara Municipal com toda a sua clareza e total transparência informou os Senhores Deputados ao longo das sessões da assembleia municipal, teria conseguido fazer progredir o concelho e que estaria certa que no próximo ano assim continuaria. Deixou também e ali pensaria que os seus colegas de mesa partilhariam daquele seu desconforto, sentido pela ausência dos Vereadores em regime de não permanência, os quais insistiriam em incumprir a lei ao não assistirem àquelas sessões da assembleia municipal, sem sequer justificarem as suas faltas, pois estaria em crer que apenas uma vez tivesse sido por um daqueles elementos justificada essa falta, o que seria de lamentar que assim sucedesse para bem da democracia, e que gostaria de ter a participação de todos. Referiu ainda que antes de devolver a palavra aos membros do executivo municipal ou aos Senhores Deputados, lhe restaria apenas desejar um Feliz Natal e um próspero ano de 2023 para todos, principalmente com saúde que seria o que todos desejaríamos, e deu a palavra ao Senhor Presidente, para proferir umas últimas palavras.-----

-----**Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Carlos Manuel Martins Condesso, referindo que** as suas últimas palavras serviam apenas para desejar a todos, mas principalmente para a Senhora Presidente da Assembleia, a Senhora Secretária, o Senhor Secretário, a Senhora Vereadora e às Senhoras e aos Senhores Deputados, um Santo e Feliz Natal e votos de um ano de 2023 sem que fosse preciso tanto apoio social, mas com muita saúde, porque sem saúde não haveria nada a começar pela qualidade de vida, e que portanto houvesse saúde acima de tudo, e que o que queria para os seus era o que desejaria para todos.-----

-----Mais deliberaram os membros que compõem a Assembleia Municipal por unanimidade de votos dos membros presentes, que a presente ata fosse aprovada em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 50.º, do Regimento da Assembleia Municipal e do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro. -----

-----Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia declarou encerrada a sessão, às dezoito horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim, Lucília de Jesus Patrício Velho, Assistente Técnica da Câmara Municipal, que a secretariei e redigi, e pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, Sandra Monique Beato Pereira.-----